



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
UEPB**

ALFREDO MALI ATI GAMA

**O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (2011) E O
ENFRENTAMENTO DAS ASSIMÉTRIAS REGIONAIS COMO GESTÃO TEM SIDO
IMPLEMENTADA NO TIMOR LESTE DEPOIS DA SUA INDEPENDÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

ALFREDO MALI ATI GAMA

**O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (2011) E O
ENFRENTAMENTO DAS ASSIMÉTRIAS REGIONAIS COMO GESTÃO TEM SIDO
IMPLEMENTADA NO TIMOR LESTE DEPOIS DA SUA INDEPENDÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G184p Gama, Alfredo Mali Ati.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011) e o enfrentamento das assimétrias regionais no Timor Leste depois da sua independência [manuscrito] / Alfredo Mali Ati Gama. - 2015. 68 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Assimetrias territoriais. 2. Planejamento estratégico. 3. Desenvolvimento regional. I. Título.

21. ed. CDD 338.9

ALFREDO MALI ATI GAMA

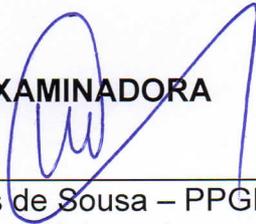
**O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (2011) E O
ENFRENTAMENTO DAS ASSIMÉTRIAS REGIONAIS NO TIMOR LESTE DEPOIS
DA SUA INDEPENDÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional – PPGDR/UEPB, como requisito para
obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa

Aprovada em: 20/08/2015.

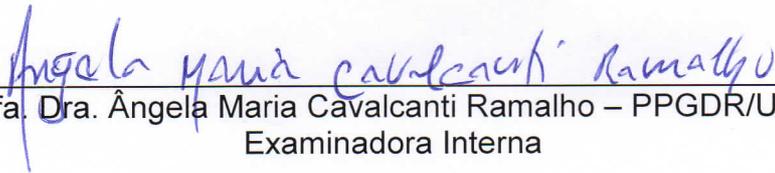
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa – PPGDR/UEPB
Presidente – Orientador



Prof. Dr. António Roberto Faustino da Costa – UFPB/PPGS
Examinador Externo



Profa. Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho – PPGDR/UEPB
Examinadora Interna

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares que muito guardam esperança. Minha mãe Angelina de Deus Maia, minhas irmãs; Sara Gomes, Sebastiana dos Santos e particularmente, minha companheira Beatriz Cardoso Barreto os filhos amados: Artur B. gama, Saturnina Barreto Gama, Maria Assunção Barreto Gama, Quintilhano Barreto Gama, Francisco Sales Barreto Gama e meus sobrinhos: Jorgina dos Santos, Raimundo Candido Aparício dos Santos e Paulina Gomes dos Santos

AGRADECIMENTOS

Sempre dizia “a luta”, mas sozinho nesta luta nunca estive! Nas conquistas, nos desfalecimentos sempre tive muita gente me apoiando. Por isso ao abrir essa nova página, primeiramente, quero e devo a cima de tudo agradecer a Deus Pai todo poderoso, pelo seu amor e graças como alimento de cada dia, que me iluminou e deu força durante o período de tempo todo do meu estudo no Brasil, que me deu luz neste processo de abordagem este trabalho.

Dedico meus profundos agradecimentos à banca, composta: Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa, Prof. Dr. António Roberto Faustino da Costa, Profa. Dra. Ângela Maria Cavalcante Ramalho, e Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa, pelas suas disponibilidades em realizar o trabalho da defesa desta dissertação.

Em seguida, dedico profundos agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa, que com paciência me acompanhou e aguardou até o final deste trabalho. Agradeço pela sua sabedoria, dedicação e paciência, mútua para mim.

O Coordenador do curso de Desenvolvimento Regional da UEPB, Prof. Dr. Luciano Albino, pela sua liderança e coordenações inclusive no processo administrativo do meu curso.

Ao ex-coordenador do curso de Desenvolvimento Regional da UEPB, Prof. Cidoval Moraes da Silva, que me recebeu nesse curso no primeiro encaminhamento de nós da Cori para a cada departamento ou cada curso;

A todos os Professores de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional da UEPB, que me fortaleceram em todas as disciplinas;

Sem desmerecer o apoio dos colegas como Alênicon Souza e Eduardo Magrin (colega Mestrando do Programa), que me sempre deu apoio em elaborar qualquer trabalho dado pelos professores no período de cruzamento das disciplinas; como Professora Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Professor Leonardo de Araújo Mota e Professor Lemuel Guerra.

Ao coordenador de Relações Internacionais (CORI) que nos recebeu com carinho e boas orientações, quando chegamos pela primeira vez no UEPB.

Ao Reitor da Universidade Estadual de Paraíba, Prof. Rangel Junior e seus assessores, por acolher e dar oportunidades para estudar na Universidade Estadual de Paraíba.

Ao governo da República Democrática de Timor Leste, através do Gabinete de Bolsas de Estudo (GBE) no âmbito do Ministério da Educação da República Democrática de Timor Leste como executor do Fundo de Desenvolvimento Capital Humano (FDCH), que me custeou a viagem ida e volta e o meu estudo no Brasil.

A todos os colegas brasileiros, que estudamos juntos em todas as disciplinas, embora não citando todos os nomes, o meu sentimento é de muito orgulho por ter convivido com todos. E também pelo apoio que me deram durante os estudos no PROGRAMA de Desenvolvimento Regional.

Finalmente meus familiares, em primeiro lugar, meu profundo agradecimento a minha companheira, Beatriz Cardoso Barreto e nossos filhos amados, que toleraram minha ausência durante três anos. Lamento muito a ausência do pai José de Deus Maia (in memória); assim agradeço a minha mãe, Angelina de Deus Maia, minhas irmãs: Sara Gomes Vicente e Sebastiana dos Santos que me deram apoio espiritual, pois, este estudo faz parte de uma luta que representa para nós, o caminho de elevar a educação, como também o apoio para a construção do meu país amado Timor Leste.

Lista de Siglas

ONG	Organização Não Governamental
UNTAET	United Nations Administrations In East Timor
RDTL	República Democrática de Timor Leste
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Português
FRETELIN	Frente Revolucionário de Timor Leste Independência
TNI	Tentara Nasional Indonésia (Forças Armadas da indonésia)
MPR	MajelisPermusyawaratanRakyat (Assembleia Constitucional da Indonésia)
ONU	Organização das Nações Unidas
ASDT	Associação Social Democrata Timorese
APODETI	Associação Popular Democrata Timorese
UDT	União Democrática Timorese
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento

Lista de Tabelas

TABELA1 Construção de escolas no Timor Leste durante colonização portuguesa

TABELA2 Estimativa das necessidades em termos de infraestruturas escolares

TABELA3 Progresso conseguido no ensino básico, 2000 a 2010

TABELA4 Ensino secundário em Timor-Leste, 2010

TABELA5 Total escola 2014

TABELA6. Percentagem de escolaridade da população adulta timorense no

TABELA7. Bases Salariais Propostas e Escalões Salariais (\$ por mês) no Timor Leste.

TABELA8. Nova proposta salarial dos professores de infância e dos professores do ensino básico das escolas públicas do Timor Leste. Visa entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2011.

Resumo

No século XXI o Timor Leste torna-se um país recém-independente mesmo em meio a muitos obstáculos e desafios em vários setores de desenvolvimento, incluindo: a gestão, enfrentamento das assimetrias regionais em função da fragilidade social e econômica, além da demanda de consolidação de políticas públicas, ciência e tecnologia para implementação do processo de desenvolvimento timorense. Assim, o estudo ora apresentado tem como objetivo geral analisar as assimetrias regionais no processo de territorialização e os desafios para desenvolvimento do Timor Leste. Como objetivos específicos estudar o modelo da gestão pública predominantemente adotado na República Democrática de Timor Leste (RDTL), voltada a questão do desenvolvimento regional que está posta e como se articula no contexto das políticas públicas implementadas. Na abordagem são privilegiados aspetos básicos das assimetrias no processo de territorialização e desafios para o desenvolvimento, caracterizada como: (1) Planejamento do Governo, (2) Estrutura do governo e gestão estratégica, (3) Dinâmicas e obstáculos no processo decisório e (4) Desafios para o desenvolvimento do Timor Leste. A perspectiva metodológica deste trabalho é do tipo exploratória como pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam para a necessidade de maiores discussões e análises a serem tecidas sobre o planejamento Estratégico 2011 do Timor Leste e sua implementação efetiva com avanços na área social e seus desdobramentos para outros segmentos.

PALAVRAS CHAVE: Assimetrias Territoriais. Planejamento Estratégico. Desenvolvimento.

ABSTRACT

On 21st century, East Timor became a newly independent country even amidst many obstacles and challenges in several sectors of development, such as the management, the coping with regional imbalances due to the social and economic fragility, as well as the demand of consolidation of public policies, science and technology to the implementation of Timorese development process. Thus, the general aim of the present study is to analyze the regional imbalances in territorialization process and the challenges for East Timor's development. The specific goal is to study the public management model predominantly adopted in Democratic Republic of Timor-Leste (DRTL), focused on the issue of regional development that is laid and how it is articulated in the context of the implemented public policies. The approach prioritizes basic elements of the imbalances in the territorialization process and challenges for the development, defined as: (1) Government Planning, (2) Government structure and strategic management, (3) Dynamics and obstacles in the decision-making process and (4) Challenges for East Timor's development. The methodological perspective of this work is exploratory with bibliographical and documentary research. The results indicate the need for further discussion and analysis to be executed about the East Timor's 2011 strategic planning and its effective implementation with advances in social ambit and its impacts on other segments.

Keywords: Regional imbalances. Strategic Planning. Development.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1	Contexto Histórico Sócio-Político de Timor-Leste	14
1.2	Breve História do Timor Leste	15
1.3	Timor Leste Antes da Colonização de Portugal	15
1.4	Timor Leste Sob Colonização Portuguesa (1512-1975)	17
1.5	Ocupação da Indonésia e a luta pela defesa da Fretelin (1975-1999)	22
1.6	Lutas Revolucionárias	25
1.7	A Independência e os Primeiros Tempos do Timor Leste após	27
2.	ESTRUTURA DO GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA	28
2.1	Dinâmicas e obstáculos no processo decisório	31
2.1.1	Compartimentação da Região	31
2.1.2	Relação astrês Regiões a Região Autonomia	36
2.1.3	Política social	37
3.	AS ASSIMETRIAS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E DESAFIOS PARA DESENVOLVIMENTO DO TIMOR LESTE	42
3.1	Planejamento de Governo	42
3.1.1	Educação e Formação	45
3.1.2	Ensino Pré-Escolar	46
3.1.3	Ensino Básico	47
3.1.4	Ensino Secundário	48
3.1.5	Ensino Superior	49
3.1.6	Saúde	50
4.	DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TIMOR LESTE	55
4.1	Educação	55
4.2	Saúde	61
2.3	Agricultura	62
4.4	Desigualdades sociais no desenvolvimento do TimorLeste	63
4.5	Índices de desemprego no País do Sol Nascente.	64
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	68

1. INTRODUÇÃO

O Timor Leste é um território que se tornou independente recentemente, especificamente em 20 de maio de 2002, depois de ter passado por longos períodos de colonização e de neocolonização. Como país que emergiu no início do terceiro milênio- era de globalização e da alta tecnologia – está sujeito a conviver com o atual contexto social, político, econômico que o mundo vivencia. No que se refere à gestão pública, mesmo em condições bastante precárias, é necessário que o país adote novos modelos de gestão pública, superando o modelo burocrático que experimentou ao longo de mais de quatro séculos sob o domínio de uma gestão estrangeira.

Os portugueses foram os primeiros europeus a estabelecerem-se em Timor. Mais tarde, a ilha foi disputada com os holandeses, que chegaram ao local em 1613. Pelo Tratado de 1859, modificado em 1893 e tornado efetivo na versão final em 1914, foi estabelecida a fronteira entre os territórios portugueses e holandeses. Em 1942, durante a segunda guerra mundial, a ilha foi ocupada pelos Japoneses.

A revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal encerra a era colonial e Timor Leste, após 400 anos de colonização portuguesa, corta os laços com aquele país. Inicia-se então uma guerra civil entre os vários partidos políticos.

Em 1975, Timor Leste declarou sua independência, mas a indonésia invade e anexa o território. A luta guerrilha pela independência é iniciada e se estende até 1999, quando a indonésia aceitou a proclamação da soberania do país. A partir de então, as milícias com apoio de exército indonésia deram início a uma campanha de terror e brutalidade. Entretanto, a pressão internacional forçou o envio, para Timor Leste, de uma força Intervenção das Nações Unidas conhecida com *Interfet*. Seguiu-se um período transição sob Gestão das Nações Unidas através do UNTAET – United Nations Transitional Administration in East Timor e, em 20 de maio de 2002, Timor Leste tem reconhecido sua independência. Nasce a República Democrática de Timor Leste (RDTL).

A transição do UNTAET para novo regime significou o início da configuração de novas instituições públicas, socialmente construídas em um processo simultaneamente estruturado e estruturante, derivado de percepções, sendo, portanto, o resultado de diferentes lógicas de gestão.

Ao longo destes períodos da história de Timor Leste, sucessivos modelos de gestão foram predominantes na gestão pública do Estado. A gestão pública do tipo burocrática era dominante ao longo do século XIX, inclusive durante o período de ocupação do país pela indonésia. Fez-se também referência ao período da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste porque, embora tenha durado pouco tempo, de 2000 a 2002, nele foi aplicada uma gestão pública de caráter emergencial e preparatório para a independência definitiva.

Essa normativa constitucional não define categoricamente o modelo da gestão pública a ser implantado, mas afirma claramente a necessidade de “evitar a burocratização”.

No entanto, deve-se ressaltar que o modelo ainda está em uma fase inicial de implementação, e conta com diversos fatores influentes tais como: recursos humanos especializados, legislações próprias, mentalidade hereditária dos modelos anteriores descontextualiza com as mudanças do mundo de hoje e, o fato de que o país ainda ser muito novo.

Nos estados modernos, as constantes pressões sociais agem no sentido da melhoria da sua capacidade de resposta as demandas, sobretudo na sociedade onde o exercício da gestão está garantido pelo sistema democrático, permitindo que esses atores sociais façam exigências aos governantes. É neste sentido que surge, atualmente, um conjunto de políticas que conduzem o processo de modernização do Estado na República Democrática Timor Leste, preconizando a flexibilidade das instituições, transferência e a melhoria de serviços públicos em termos de eficiência e eficácia.

Como base no exposto o estudo tem como objetivo geral analisar as assimetrias regionais no processo de territorialização e os desafios para desenvolvimento social no Timor Leste. Considerando que o modelo de gestão adotado pelo governo do Timor Leste após sua independência se relaciona com as assimetrias regionais territoriais no tocante: gestão estratégica desigual, planejamento, recursos especializados para o desenvolvimento.

Perante o contexto apresentado e a perspectiva de desenvolvimento social no Timor Leste, o estudo justifica-se pela intenção de contribuir para que o país busque minimizar os problemas de ordem política e social como: erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas, melhorar a qualidade de vida da população.

Constituir um projeto social e político que aponte para o ordenamento da gestão política, para traçar o desenvolvimento e modos de vida da população.

Ao mesmo tempo, a incorporação de novos conhecimentos, originários do espaço acadêmico-científico de diferentes culturas e modos de ser, faz-se necessária para o alargamento da compreensão do país que fazemos parte e para a viabilidade de uma sociedade mais igualitária e democrática.

1.1 Contexto Histórico Sócio-Político de Timor-Leste

Este capítulo trata de um modo geral, da história do Timor Leste. Sendo sua constituição tenha uma duração de quase quinhentos anos de colonização e ocupação, queremos destacar o processo de luta e independência do país. Timor Leste (República Democrática de Timor Leste) é um pequeno país, recém-independente no dia 20 de Maio de 2002, localiza-se, geograficamente, no chamado sudoeste asiático, enquanto do ponto de vista biológico aproxima-se mais das ilhas vizinhas da Melanésia, o que colocaria na Oceania e, por conseguinte, faria dele uma nação transcontinental.

O país encontrou numa área de 18.899 km², dividida em 13 distritos e 67 subdistritos. A menor divisão administrativa é o suco (442 sucos) no território com medida de 7 sucos para cada subdistrito. De acordo com o primeiro censo realizado no país em 2004, o número de habitantes era de 887.899 (estimativa censo 2004) mas segundo a notícia atual do presidente da República Democrática de Timor Leste (RDTL) no dia 20 de Outubro (dia Mundial da Estatística), foi anunciado oficialmente que em 2010 o país possuía um número de 1.066.582 habitantes.

A forma e o sistema do governo é a República Parlamentarista, tendo como primeiro presidente: José Alexandre Kay Rala Xanana Gusmão, e o primeiro Ministro Mari Bin Alcaçteri, esposados no dia 20 de Maio de 2002.

O Timor Leste sofreu, ao longo de sua história, a cobiça de diferentes interesses mundiais, o que o levou a ser colonizado por vários países. Antes da chegada dos portugueses, a ilha foi denominada pelo Império Javanês. Portugal marcou sua presença na ilha desde 1512 até 1975. Com a presença dos holandeses no século XVII, a disputa pela ilha (Timor) com os portugueses levou, em 1859, a uma divisão das fronteiras entre leste (pertencendo a Portugal ou Timor Português

na época, e hoje é Timor Leste, país independente) e a parte oeste pertencendo aos holandeses. Durante a II guerra Mundial, o Timor Leste foi ocupado pelos Japoneses (1942 – 1945), e ultimamente ocorreu a ocupação Indonésia (1975-1999) que a partir do dia 17 de agosto de 1945, ocupou a parte oeste que pertenceu aos holandeses. O efeito destas seguidas invasões resultou em grande atraso em todos os aspectos do desenvolvimento do país.

1.2 Breve História do Timor Leste

Nesta parte descrevo um pouco sobre o Timor Leste, principalmente sobre sua cultura e as situações históricas que esse país passou e sofreu, devido aos interesses econômicos de outras nações mundiais. Neste contexto, relatamos também as ações revolucionárias e de luta do povo timorense ao longo de século de ocupação, até conseguirem alcançar a sua independência.

1.3 Timor Leste Antes da Colonização de Portugal

É raro encontrar documentos que registram sobre a situação do Timor Leste antes da chegada dos portugueses. O povo tradicional timorense possui uma estrutura social hierarquizada e tribal. Os chefes das tribos são os régulos ou lurais. A população era animista, e só se influenciou com o catolicismo a partir da presença dos missionários católicos em 1556.

Pires (1994) apud Ferreira que na chegada dos portugueses, se encontravam nessa ilha (ilha de Timor) dois reinos: o de Sambah (Atoni) no Timor Ocidental, e o de Behale (Belo) no Timor Oriental e que naquela época já utilizavam o Tetum como língua veicular. O autor descreve também que o Timor estava sob o império Javanês (ilha de Java), porém, diferentemente de outras ilhas próximas, influenciadas pelo hinduísmo e pelo islamismo, os timorenses continuavam a manter o animismo (PIRES, 1994, p.20, *apud* FERREIRA, 2011, p.53). Vinculado a essa informação, Waldemar e Serrano (1997, p.43, *apud* Ferreira, 2011, p. 53), também descrevem que antes da chegada dos portugueses, havia uma rede mercantil que envolvia o Timor na associação comercial existente entre Java e Célebes com a Índia e China.

Como indica também em outras fontes, havia já no século XIV, o império Mojopahit de natureza Java-Oriental, que dominava as ilhas da Indonésia Oriental.

Quanto a composição étnica, a maioria da população é de origem malaio-polinésia e papua. Mendes Correia, citado por Adijondro (2000, p. 19, apud Ferreira, 2011, p. 53), aponta que por meio das imigrações no período da pré-história, quatro raças humanas chegaram ao Timor Leste: Melanesoid, Video-Australoid, Proto-Malayu e Deutero-Malayu. Esse fato justificaria a afirmação de Waldemar e Serrano (idem, p.30) de que

Não há um tipo timorense homogêneo. Do ponto de vista antropológico, os timorenses diferem entre si. Sem excluir os traços comuns a todas estas populações, no domínio dos idiomas, da organização social e política, do mundo da produção econômica e dos aparatos tecnológicos estamos diante de um universo crivado, de alto a baixo, por grandes heterogeneidades.

Essa heterogeneidade nos mostra a diferença de origens do povo timorense. Essas emigrações podem ser comprovadas quando se compara, por exemplo, as arquiteturas idênticas entre casa tradicionais de Lospalos (Timor) com casa de Batak (Sumatra) e Toraja (Célebes). Segundo uma lenda timorense, acredita-se que a ilha do Timor teria se originado de um crocodilo que, após realizar uma viagem da ilha de Célebes, foi morto no local em que seu corpo permaneceu, teria se formado a ilha de Timor. Esse nome provavelmente foi dado pelos malaios, devido a localização da ilha na parte oriental, já que a palavra timur na língua malaio (ou Indonésia) significa "leste" ou "oriente".

Ainda hoje a crença nessa lenda é forte e a maioria dos timorenses se refere ao crocodilo como avô ou avô crocodilo. Outros fatos sobre a origem dos timorenses se comprovam com algumas formas das casas tradicionais típicas, idênticas às casas tradicionais de Makasar em Célebes (ADIJONDRO, 2000, p. 20, apud Ferreira 2011, p. 54).

O Timor leste possui uma rica diversidade cultural, quanto às línguas, práticas culturais, músicas tradicionais, danças, arquitetura, literatura oral, política, crença religiosa, relação de parentescos, entre outras manifestações culturais. Comparando com o Timor oeste, encontra-se neste a prática de apenas três línguas (TetunTerik e Dawan). Enquanto no Timor Oriental é encontrado um grupo de 15 línguas e 35 dialetos. Essas várias línguas se classificam em dois grupos: as que pertencem à Austronésia e as Não-Austronésia. A língua mais falada é o Tetum sendo que hoje

pela constituição de Timor Leste, o Tetum e o português são as duas línguas oficiais do país. O Malaio (indonésia) e o inglês são considerados línguas de trabalho. Devido à recente ocupação Indonésia, grande parte da população compreende e fala a língua Indonésia, e uma minoria fala português.

A música tradicional timorense é conhecida como “Tebe-tebe”. A forma como praticar, variando entre homens e mulheres, é formando uma de pessoas. Um dos exemplos de tebe-tebe bastante comum no Timor Leste é “cantiga”. Existem vários Tebe-tebe que variam conforme cada grupo étnico que o prática. Na etnia Quemak, por exemplo, existem tebe-tebe como: Lelo, Tei bote, Heiho, Ritalau, Roesama, entre outras.

As danças tradicionais são conhecidas como “vidu e likurai”. “vidu” é praticado como danças, utilizando o pano tradicional “tais”, pendurando no pescoço, ou atravessado do ombro até a costela. Vidu e likurai são combinados na prática, ou seja, enquanto as mulheres batem o likurai, uma combinação de homens e mulheres se move ou dança o vidu.

1.4 Timor Leste Sob Colonização Portuguesa (1512-1975)

Após a conquista de Malaca em 1511, os portugueses continuaram para o Oriente, pois segundo as informações, havia nas ilhas de Malucas, produtos de grande interesse econômico como a pimenta e também que no Timor, havia especiarias e sândalo cheiroso. Assim, chegaram ao Timor em 1512, porém, a colonização apenas começaria em meados do século XVI, quando os missionários católicos permaneceram na ilha.

Não foi fácil para os portugueses quando de sua chegada ao Timor, pois tiveram que travar confrontos com o povo nativo. Para ganhar a confiança dos timorenses, os Portugueses adotaram diferentes táticas, como por exemplo, aceitar formalmente a manutenção das estruturas tradicionais de poder local, constituídas pelos liurais. Ironicamente, esses liurais recebiam dos colonizadores portugueses, instrumentos e objetos, que tenham uma significação simbólica do poder local. Para outros, era dado um tratamento como jargão militar (tenente, coronel, capitão, etc.), o que obviamente criou uma diferenciação e um sentimento de competitividade entre os clãs. Justamente o que os portugueses esperavam que o ocorresse, pois,

envolvidos nas disputas internas, muito eventualmente esses clãs entravam em choque com o poder colonizador, o que contribuía para a permanência e domínio dos portugueses.

O colonizador também pratica outras estratégias para dominar, como diz em língua Holanda *Politie divide et impera* (em português: dividir para conquistar). Por exemplo, criaram ou classificaram os timorenses em grupos conforme suas próprias características, como “firaku” e “kaladi”. Firaku, por exemplo, vem de palavras: vira o cú. Atribuía essa denominação às pessoas da parte mais ao leste da ilha, que possuem características duras, ou seja, aos desmandos do dominador, viraram o seu (viraram as costas) e iam embora, sem aceitar o que era dito pelos colonizadores. E kaladi vem da palavra calado que era atribuída aos timorenses da parte oeste, pois eram considerados mais tranquilos e ficavam calados, sem se revoltar com o que era dito pelos dominadores. As consequências dessa rotulação do povo timorense, feita pelos colonizadores portugueses, são percebidas até os dias de hoje e implica em vários conflitos que ainda permanecerem entre as pessoas da ilha.

Os timorenses ficaram cerca de 450 anos sob o jogo da colonização portuguesa. Durante todo esse tempo, quase não houve programas de melhorias no sentido de um desenvolvimento mais sustentável da ilha. Havia apenas a exploração dos recursos e riquezas que eram enviados para a coroa portuguesa e o povo timorense continuava vivendo com suas práticas tradicionais, na agricultura, economia, saúde, vestuário, alimentação etc. tais condições difíceis, associados a uma maior conscientização por parte do povo timorense subjugado, consequentemente resultou em manifestações de raiva, rancor e resistência contra os dominadores. Citamos a seguir alguns dos principais confrontos ocorridos na luta contra os portugueses.

Um dos primeiros confrontos ocorreu em Kamenasa-Cailaco (1719-/1727), posto ou subdistrito onde nasci. Esse confronto deixou dois dominicanos mortos e o túmulo de um deles ainda pode ser visto próximo ao local onde nasci. Descorei sucessivamente outros confrontos em Luka (1875/1882), Kova-Kutubaba (1865/1912), e Manufahi (1895/1912). Para se salvaguardarem desses confrontos, os portugueses pediam sempre o apoio das forças militares portuguesas que vinham de Portugal, Angola e de Moçambique.

A segunda guerra mundial (1939-1945) levou as forças japonesas a invadirem a ilha, deixando estragos na infraestrutura e cerca de dezenas de milhares mortos. Só depois que os norte-americanos bombardearam as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, é que terminou a invasão Japonesa, e em 1945 a administração Portuguesa foi restaurada no Timor Leste.

Com restabelecimento da colonização portuguesa não houve, contudo, mudanças no que diz respeito ao desenvolvimento nessa metade ilha, considerada como província ultramarina portuguesa. Na área da educação, por exemplo, até o ano 1975, já quase no final de sua dominação sobre a ilha, Portugal não deixou uma herança significativa no desenvolvimento educacional. A situação, como foi apontada por Taylor (1998, p.63, *apud* Ferreira, 2011, p.57), era tal que, até 25 de Abril 1975, o Timor Leste possuía uma estimativa de 93% da população composta de analfabetos.

De fato, contamos apenas com a presença de Missão Católica, principalmente os Jesuítas que, com o intuito de expandir a fé professada por essa religião, estabeleceram escolas que possibilitara, à época, que alguns timorenses iniciassem seus estudos. Ao passo que o Estado Português abriu um número limitado de escolas e só expandiu um pouco mais já no final da sua colonização. Mesmo assim a educação escolar implantada não abarcou todo território. Os ensinamentos primários só se centraram nas vilas (capital dos postos, os subdistritos, como denominamos atualmente), como podemos observar na tabela seguinte:

TABELA1. CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS PERÍODO COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Ano	ConstruçãoEscolas	local	Objetivo da formação
1738	Colégio Nuno Alves Pereira de Soibada	Manatuto	Língua portuguesa, formação religiosa
1908	Colégio de Soibada	Soibada- Manatuto	Formação de catequistas e

			missionários
1924	Colégio de Soibada	Soibada- Manatuto	Professores catequistas
1939	Colégio de Ossú	Ossú- Viqueque	Formação de educação feminina
1947	Escola de enfermagem	Dili	enfermeiros
1948	Colégio infante de Sagres	Maliana	Formação ensino primário
1952	Liceu Dr. Machado/único Ensino Secundário	Dili	Formação de Ensino médio
1962	Ensino Primário	Em grande parte dos sucos	Expansão do Ensino Primário
1964	Canto Resende	Dili	Técnicos profissionais
1965	Escola técnica industrial	Dili	Técnicos profissionais
1969	Escola agrícola de Fatumaca	Fatumaca- Baucau	Técnicos de agricultura
1972	Ciclo preparatório	Bobonaro, PanteMacasar, Maubisse, Baucau e Lospalos	Expansão da educação

Fonte : Adaptado pelo pesquisador - História sobre educação do tempo colonial português nos quatrocentos e cinquenta anos em Timor Leste.(Taylor, 1998)

O fim das guerras em outras colônias portuguesas na África, permitiu que o governador português Alves Aldeia desse maior atenção ao Timor nos anos 1970. Dai começou o processo de expansão do ensino primário e também de outros serviços importantes para o país, como as comunicações, abastecimento de água, apoio a agricultura, etc. mesmo assim, até 1975 (período final da colonização portuguesa), a educação formal não contemplava tudo o território do Timor Leste e a maioria da população continuava analfabeta. (PIRES, 1994, p.29, *apud* FERREIRA, 2011,p.58).

As escolas do ensino pré-secundário também eram limitadas a algumas capitais dos conselhos (distritos, na denominação atual), com pouquíssimos alguns colégios. O Liceu DR. Francisco Machado, por exemplo, construído em 1952, era o único com ensino médio na época. Vale ressaltar que, do número limitado de alunos que ingressavam no ensino médio, os que conseguiam estudar eram os filhos dos que possuíam poder local ou dos funcionários de nível superior. No subdistrito em que nasci, por exemplo, apenas uma pessoa conseguiu ingressar e terminar o ensino médio no Liceu Dr. Francisco Machado. “Coincidentemente” ele é dessedente de “liurai” e filho de um major da 2ª Linha. As escolas que formam técnicos também eram limitadas, apenas se encontra uma escola técnica industrial, uma Escola de Enfermagem e uma escola de formação de Professores.

Conforme a informação adquirida no Panorama Atual e Perspectivas futuras de Ensino na Província Portuguesa (PAPEP, 1924, p.24, *apud* Ferreira, 2011, p.59), no ano de 1924 a Diocese fundou uma escola de professores catequistas em Soibada, onde se formam professores durante três anos após a quarta classe, até 1964. O objetivo era formar professores para ensinarem nas escolas missionárias. Quarenta anos depois, essa escola foi transformada em escola de Habilitação de professores do posto escolar “Engenheiro Canto Resende” com período de quatro anos de curso, cujo ingresso se dava após terminar o ensino primário.

1.5 Ocupação da Indonésia e a luta pela defesa da Fretelin (1975-1999)

A indonésia que há anos alimentava secretamente uma ambição de expansão territorial, aproveitou-se dos conflitos internos, para invadir e anexar o Timor Leste. Neste contexto, aproveitando o pedido de outros partidos timorenses que se refugiaram para indonésia, após o Cudeta de 11 de Agosto de 1975, esse auxílio transformou-se em luta pela posse do Timor Leste. Assim, iniciou-se a invasão militar no dia 7 de Dezembro de 1975, na cidade Dili (capital de Timor Leste), com paraquedistas e bombardeamentos dos navios em frente a capital, procurando atingir as posições da Fretelin. Enquanto nas áreas fronteiras, já havia a presença de militares indonésias, dias antes da proclamação unilateral de independência pela Fretelin.

Entretanto a proclamação da independência declarada pela Fretelin durou apenas alguns dias, pois logo foi invadida pelas forças armadas da indonésia (TNI), auxiliadas pelos timorenses que pertenciam aos outros partidos que se refugiaram para indonésia.

Com o apoio da indonésia, principalmente, os dominantes e militares daquele país, realizaram outra proclamação de integração (denominado Deklarasi Balibo) ou declaração de Balibó, que integrou o Timor Leste à indonésia. Balibó é uma vila situada na área fronteira, que pertencia ao Timor Leste. De fato, a realização dessa declaração foi uma sena manipulada, utilizando o local Balibó, cujo nome é idêntico com Hotel Balibeach, situada na praia mais bonita na ilha (província) de Bali, indonésia, onde a assinatura da integração tinha realizada secretamente antes. O evento tinha ocorrido em 17 de julho de 1976. Esta foi a data em que a MPRI (Majelis Permusyawaratan Rakyat Indonésia) ou Assembleia Constituinte Indonésia, utilizando-se de ações manipulativas, decretou o Timor Leste como sua 27^a província. Um fato que posteriormente, foi questionado e arrependido pelos próprios partidos que saíram para pedir auxílio à indonésia.

Embora a pressão da indonésia fosse maciça, utilizando políticas manipulativas e forças militares para vencer o Timor Leste, a luta da Fretelin continuava, vivi naquela época e assisti ao que ocorreu entre os anos de 1975 a 1978, período que ficou assinalado como de situação negra e esmagadora na antiga província ultramarina portuguesa.

O terror da guerra se espalhou por todos os cantos da ilha, uma situação denominada por Waldemar e Serrano (1997) como “genocídio silencioso”. As armas de fogo ecoaram dia e noite proporcionando um contexto de luta, fuga, morte, fome e rendição. A maioria das casas queimadas e bens perdidos. Para nós que resistíamos, restou vivermos refugiados e isolados nos campos, matas, montanhas e nas cavernas, mudando de lugar ou barracão de um lado para outro, muitas vezes, sem coberturas e sem lugar para dormir.

A defesa pela Fretelin enfraqueceu, sobretudo, nos anos 1977 a 1979, a partir da captura do presidente Francisco Xavier do Amaral, pelos seus próprios camaradas das Fretelin e sua rendição nas mãos das forças indonésias. O pior ainda foi quando Nicolau dos Reis Lobato, que era o Primeiro-Ministro na época, que substituiu o presidente pouco tempo depois, em 31 de Dezembro de 1978, foi morto numa grande emboscada pelas forças especiais chefiados pelo Tenente PrabowoSubianto. A partir deste momento, surgiram os primeiros sinais da queda da luta e, como descreve Taylor (1998,p.203,apud FERREIRA,2011, p.65), a Fretelin perdeu aproximadamente 90% das armas e 80% das forças armadas, o que levou a maioria da população e forças armadas a se renderem. Muitos dos líderes da estrutura do Comitê Central Fretelin se renderam nas mãos da Indonésia e muitos foram tombados.

Contudo, a esperança não tinha acabado. Alguns membros da Fretelin que ainda resistiam nos matos, como José Alexandre Kayrala Xanana Gusmão, Mauhunu (António, Gomes da Costa),Mauhudu (José da Costa), Nino Coni Santana e outros comandantes e guerrilheiros reuniram-se para dar continuidade à luta.

No ano de1983, José Alexandre Kayrala Xanana Gusmão, conhecido como Xanana, líder das Forças Armadas da Libertação Nacional do Timor Leste (FALENTIL), criou uma organização não partidária, chamada Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), cujo objetivo era unificar todos os partidos timorenses para lutar em prol da solução dos conflitos ali instalados. Em 1998 essa organização mudou o nome para Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) pelas propostas de outros partidos que não aceitaram a atribuição do símbolo Maubere.

A igreja timorense, sob a chefia do Monsenhor Martinho da Costa Lopes (primeiro bispo timorense), assumiu como Administrador Apostólico desde 1977, também não ficava em silêncio. Preocupava-se com a situação ocorrida na ilha, muitas vezes sob as ameaças dos militares invasores. Como parte da sua

preocupação, em 1983, saiu para o exterior, ao encontro do Papa João Paulo II, com o objetivo de explicar a situação enfrentada pela população timorense, pela luta dos guerrilheiros que ainda resistiram. Até porque a maioria dos habitantes da ilha antiga colonização portuguesa, era composta de católicos.

Conforme informações coletados do site de O regresso do Padre Carlos Filipe Ximenes Belo, de Portugal para o Timor Leste, em 1981, para substituir o Monsenhor Martinho da Costa Lopes, foi visto como um êxito na continuidade da luta. O Padre Carlos passou a ser o novo bispo da Diocese de Dili. Suas contribuições foram maiores, a despeito das atividades religiosas. Criticou a situação sofrida pelos jovens que lutaram em prol da liberdade e direitos fundamentais do povo timorense. Sua carta dirigida ao presidente de Portugal (Mario Soares), ao Papa João Paulo II e ao secretário geral da ONU (Javier Pérez de Cuellar), em 1989, teve a finalidade de pedir o apoio para realizar uma consulta popular no Timor Leste, com o objetivo de determinar o futuro do povo timorense. Como efeito de sua defesa, foi sempre perseguido e ameaçado pelas autoridades, principalmente os militares ([http://pt.Carlos Filipe Ximenes Belo](http://pt.Carlos_Filipe_Ximenes_Belo), 2015) como culminação do ódio ao bispo, houve muita pressão para que ele declarasse e responsabilizasse os militares indonésios pelas emboscadas para matá-lo.

Além do movimento de guerrilha sob liderança de Xanana Gusmão contra as forças militares ocupantes e a visita do Papa João Paulo II, na década de 1990, outros acontecimentos históricos como o “Massacre de Santa Cruz em 12 de Novembro de 1991” a captura e punição do Xanana Gusmão em 1992 e a atribuição do prêmio Nobel da Paz aos dois líderes timorenses: Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo e Dr. José Manuel Ramos Horta em 1996, também fizeram com que a pressão internacional sobre a Indonésia se intensificasse, exigindo que esta permitisse a emancipação do Timor Leste. Este processo foi facilitado pela fragmentação de vários partidos pró-independência em Timor Leste, sob os auspícios do CNRT.

Enquanto a luta diplomática timorense, representada pelo Dr. José Manuel Ramos Horta no exterior desde 1975, a diplomacia entre Portugal e Indonésia também começava desde 1983. Muitas vezes ambos os países entraram em choques por interesses de cada um. Portugal por exemplo continua reconhecendo como responsável administrativo na ex-colônia, Timor Leste, assunto que a ONU também reconheceu. A parte dessa situação, a organização das Nações Unidas (ONU) organizou encontros, chamados, de All-inclusive Intra-East Timorense, na

aldeia de BurgSchlaining em Áustria, entre os 30 líderes timorenses que viviam no exterior e no próprio país de origem, para também discutirem soluções sobre o fim da guerra no Timor Leste. A música religiosa, intitulada: “juntos para sonhar”, com os versos: “juntos para sonhar” novas imensidades”, juntas para marcar “Novo ritmo amor”, na abertura da missa em BurgSchlaining, assinalou o rumo a um novo horizonte para o futuro dos timorenses.

Em meio a estas discussões diplomáticas, surgiu a ideia de se fazer uma consulta popular ou referendo para ouvir o desejo da população a respeito da autonomia, reconhecendo a soberania indonésia (opção apresentada pelo diplomata indonésia Ali Alatas), ou autonomia a caminho da independência (opção apresentada pelo diplomático Portugal Jaime Gama). Nesta perspectiva, tinham o acordo em 5 de Maio de 1999, assinados por ambos os diplomatas, testemunhado pelo secretário Geral da ONU, Kofi A. Annan.

Em 30 de agosto de 1999, realizou-se no Timor Leste uma consulta popular, coordenada pela Organização das Nações Unidas, cujo objetivo era escolher entre a independência e a autonomia, sendo que a maioria (mais de 78,5% da população) optou pela independência. Mais uma vez, os timorenses encararam uma situação esmagadora, conhecida como “Setembro negro”. A frustração por parte dos que estavam a favor da Indonésia e os próprios Militares indonésios, os levou a destruir e a roubar a maioria da infraestrutura construída no Timor Leste durante os vinte e quatro anos. Além dessa destruição e roubo, centenas de pessoas foram violentadas, mortas pelas milícias e Militares indonésios, antes que estes saíssem do Timor Leste e regressassem para seu país de origem, a indonésia.

1.6 Lutas Revolucionárias

Como descrito, os timorenses lutaram diversas vezes contra a presença dos colonizadores portugueses, desde a chegada deles no Timor. Todavia, por falta de apoios na época não conseguiram concretizar os objetivos dessa luta, ou seja, sua independência. Mas, durante a segunda metade do século XIX, cresceu o número de ativistas timorenses, que passaram a realizar protestos e críticas contra o regime ditatorial de Salazar. Como culminação desses movimentos ocorreu a Revolução dos Cravos no dia 25 de abril de 1974. Para os timorenses, esse evento não só foi

surpreendente como também significativa um momento de oportunidades para se discutir o futuro da liberdade no país.

Aproveitando-se dessa situação, os líderes desta pequena província ultramarina Portuguesa fundaram alguns partidos políticos, como :ASDT (Associação Social Democrática de Timor Leste), que posteriormente adotou o nome de FRETRELIN (Frente Revolucionário do Timor Leste Independente), UDT (União Democrática Timorense), APODETI (Associação Popular de Timor), KOTA (KliburOan Timor Aswain 5) e partido Trabalhista. Embora tivessem como objetivo a independência da colônia, divergiam quanto à maneira de conquistá-la. O partido FRETRELIN, por exemplo, defendia independência imediata do Timor Leste. Enquanto o Partido UDT deseja permanecer ainda sob o apoio dos portugueses até que o país conseguisse preparar seus recursos. E o partido APODETI, desejava a independência por meio da integração com a indonésia.

Em 1975, devido das divergências entre os partidos políticos, iniciou-se no Timor Leste, um conflito armado conhecido com “Cudeta 11 de Agosto”, que foi protagonizado pelo partido UDT. Neste dia, os militantes do UDT foram às ruas armados, com o objetivo de intimidar a FRETRELIN. Segundo Pires (1994,p.190 apud Ferreira, p.61), a manifestação tinha sido realizada três dias antes pela UDT na Capital Dili, com slogans “anticomunistas”, contra FRETRELIN. Dois maiores portugueses (Mota e Jonata) e alguns civis foram ameaçados de expulsão do Timor, porque desconfiavam que fossem comunistas.

Para tanto, a UDT invadiu a da força armada do FRETRELIN, que reagiu, dando início, assim, a um conflito que culminou em guerra civil. Este partido, ao contrário do UDT, desejava a independência imediata do Timor Leste. Seu lema era “Mate kaMorisUkunRasik-an”, que significa “Morrer ou viver, Independência total” (HILL,1978, apud FERREIRA,2011, p.62). a maioria dos líderes e membros era de ativistas que criticavam o sistema colonial português por deixar o povo timorense sobreviver, durante longos anos, numa situação miserável.

Como consequência desta guerra civil, a maioria dos militantes dos partidos políticos timorenses (UDT< APODETE< KOTA e Trabalhista) se retirou para a indonésia com o intuito de pedir auxílio a este governo para que intermediasse o conflito instalado no Timor Leste. O governo indonésio aceitou o pedido. Entretanto, seu objetivo real era invadir a ilha.

Fretelin foi o único partido que permaneceu na ilha e passou a ter controle de pelo menos 80% do território e de uma percentagem em torno de 85% da população civil (WALDMAN e SERRANO, 1997, p.76, apud Ferreira,2011, p.62). destaforma, dominou o cenário político timorense e efetuou a Proclamação Unilateral da Independência, em 28 de Novembro de 1975. A intenção forte para obter independência imediata tem sua base na história vivida do próprio povo timorense que viveu com muita pobreza, sem educação e saúde sob a colonização portuguesa, ao longo de mais quatrocentos anos (1512-1975). Foi a partir dessas carências que a Fretelin chamou para o povo Mau Bere saísse do obscurantismo, da opressão, seguindo o caminho da liberdade e da independência.

1.7 A Independência e os Primeiros Tempos do Timor Leste após Separação de Indonésia

Após a vitória pela independência, em 30 de Agosto de 1999, a ONU estabeleceu uma administração provisória neste recém país, assumido como representante do Secretário Geral das Nações Unidas (ONU), o brasileiro Sérgio Vieira de Melo, colaborando com a CNRT, até que este conseguisse realizar a Restauração da Independência, que ocorreu no dia 20 de maio de 2002. Durante os dois anos de preparação para restaurar a independência (2000 a 2002), todos os setores de desenvolvimento tiveram esboços e alguns setores chegaram a lançar programas pilotos. A partir de 20 de Maio de 2002, dia da Restauração da Independência, a República Democrática de Timor Leste (RDTL) foi reconhecida como um Estado de direito democrático, soberano e independente no respeito pela dignidade humana, no cenário internacional. Como país soberano, Timor Leste adquiriu autonomia para gerir o seu próprio desenvolvimento nacional.

Este cenário tem levado ao Estado a repensar sua estratégia de ação, procurando permanentemente a melhoria dos níveis de eficiência, eficácia efetividade de suas políticas públicas, de forma a garantir aos cidadãos através do seus gestores um novo modelo de gestão. Este sentido constitui preocupação permanente, a forma de organizar e direcionar a ação do Estado, suas atividades, bem como a organização e o funcionamento dos métodos e processos para uma boa gestão.

2. ESTRUTURA DO GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Um país com um sistema de governo parlamentar, quando o conselho executivo como implementador do poder executivo recebeu supervisão direta do órgão legislativo. O chefe do governo e os seus ministros devem prestar contas ao parlamento. Enquanto o chefe do estado não agir simultaneamente como chefe do governo embora a conselho do chefe do governo para dissolver o parlamento, em seguida poderia então realizar eleições de novo para formar um novo parlamento.

Assim como Timor Leste, o sistema política que o governo adotou é o Sistema Parlamentar Único, onde o presidente é eleito por voto popular para chefiar o estado com um mandato de cinco anos e cujo papel é um grande parte simbólico, embora ele possa vetar alguma legislação depois das eleições legislativas. O presidente é que nomeia como primeiro-ministro o líder do partido majoritário ou coligação majoritária. Como chefe do governo o primeiro ministro preside o conselho de estado ou gabinete.

O parlamento timorense unicameral

O parlamento timorense unicameral é o Parlamento Nacional, cujos membros também são eleitos por voto popular para um mandato de cinco anos. O número de assento pode variar de um mínimo de 52 a um máximo de 65, embora excepcionalmente tenha 88 membros no momento, devido a este ser o seu primeiro mandato.

A constituição de Timor foi modelada na de Portugal no momento em que o país ainda está em processo de construção de sua administração e instituições governamentais. O parlamento é constituído por 88 membros que foram eleitos em 30 de agosto de 2001 a diretiva da Assembleia Constituinte. Os constituintes desenvolveram uma constituição para o Timor Leste. Com a aprovação da constituição, a Assembléia Constituinte foi transformada em um Parlamento Nacional até cinco anos.

O Parlamento Nacional será responsável pela elaboração de leis sobre questões relacionados com a política interna e externa do país, bem como outras

funções previstas na constituição específicos do Parlamento Nacional. São as seguintes outras funções previstas:

- Passe a legislação pertinente, bem elaborado em tempo oportuno;
- Estabelecer um sistema multipartidário e regras democráticas através de um diálogo produtivo;
- Fornecer um contra peso para as competências da presidência e do governo e manter uma comunicação adequada, eficiente e eficaz entre os vários ramos do governo a fim de garantir o respeito a constituição e as leis promulgadas constitucionalmente bem com o a independência e imparcialidade do poder judicial.

A função do Parlamento Nacional é apoiado pela secretaria que pode fornecer serviços adequados aos membros. Os serviços da secretaria de incluir a lista das deliberações do parlamento e do governo na segunda legislativa.

Chefe do Governo

A constituição do Timor Leste entrou em vigor quando o território tornou-se oficialmente em Maio de 2002 que prevê uma república democrática, com um presidente como chefe do estado e um primeiro ministro como chefe do governo. O presidente e o primeiro ministro foram eleitos por voto popular de todos os cidadãos com 18 anos ou mais (tem o direito de votar).

O primeiro ministro supervisiona o funcionamento cotidiano do governo e da presidência do conselho de ministros. O primeiro ministro é designado pelo partido político ou coligação de partidos políticos com maioria no legislativo nacional e formalmente nomeados pelo presidente. Os ministros também são nomeados pelo presidente, seguindo as recomendações do primeiro ministro. Mari Bim Amudin de Alkateri (nascido em 26 de Novembro de 1949) é o primeiro ministro do primeiro governo constitucional de Timor Leste reconhecida internacionalmente. Viveu no exílio durante a ocupação de indonésia, só retornando ao território em 1999.

O primeiro-ministro é o chefe do governo e é responsável para o povo ao desenvolvimento de políticas e as decisões tomadas pelo governo. A constituição da república de Timor Leste prevê um sistema de governo parlamentar, com o

presidente como chefe do estado e o primeiro ministro como chefe do governo. A Assembléia legislativa é um parlamento único composto pela Assembléia Nacional.

Chefe do Estado

A constituição do Timor Leste em vigor quando o território tornou-se oficialmente independente em Maio de 2002, que prevê uma República Democrática, com um presidente como chefe do estado e um primeiro ministro como chefe do governo.

O presidente é diretamente eleito por voto popular com um mandato de cinco anos e não servirão mais de dois mandatos consecutivos. Nos termos da constituição, o presidente é o símbolo da independência de Timor Leste e do fiador do bom funcionamento das instituições democráticas da República. O presidente é comandante supremo das forças de defesa.

Ministros

O primeiro ministro também é responsável pela defesa e implementação de um mapa do orçamento e das políticas governamentais em geral. apesar de consultas alargadas e devem obter a aprovação do conselho de ministros, ele é responsável por todas as decisões do governo.

Como Chefe do Governo, na realização da tarefa apoiado pelo ministro da Presidência do conselho de Ministros e pelo Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares. Os seguintes serviços e organismos estão diretamente sob o primeiro-ministro. Ele também é responsável por aqueles que não estão formalmente integrados em um Ministério ou Secretaria de Estado, tais como o Gabinete do Mar de Timor e do Gabinete de informação do Governo:

- Serviço Nacional de Segurança do Estado;
- Inspetor – Geral;
- Gabinete de Assessoria para os Direitos Humanos;
- Gabinete de assessoria para imagem e comunicação social;
- Gabinete do Assessor de promoção da Igualdade;
- Unidade de coordenação de desenvolvimento;
- A autoridade Bancária e de pagamentos.

A seguir são os ministros do gabinete parlamentar de governo Timor Leste atual:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
- Ministério da Administração Interna
- Ministério da Justiça
- Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas
- Ministério da Saúde
- Ministério dos Transportes e Comunicação
- Ministério da Educação e Cultura
- Ministério do Plano e Finanças
- Ministério do Desenvolvimento
- Ministério da Administração Interna
- Ministério das Obras Públicas
- O Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- Ministério da Defesa

2.1 Dinâmicas e obstáculos no processo decisório

2.1.1 Compartimentação da Região

As regiões do Timor-Leste são designadas por Regiões I, II, III, sendo a quarta, denominada a Região Autonomia. Essa divisão data do final da colonização portuguesa, sendo mantida até hoje pelo governo, embora não haja um texto oficial que regulamente tal distribuição e nomenclatura. Todavia, no Timor, as atividades continuam ainda sendo centralizadas na capital do país. As regiões que, antes, eram administradas pelo primeiro governo constitucional, naquele momento já colocaram as bases estruturais de governo, como por exemplo, os Secretários de Estado dessas regiões. Contudo, a crise de 2006 veio eliminar o governo, fazendo desaparecer com isso, essas estruturais iniciais, sendo que as regiões mantêm-se, até hoje, como se nada tivesse acontecido.

Em termos administrativos, Timor Leste encontra-se dividido em 13 distritos: Bobonaro, Li quiçá, Dili, Baucau Manatuto e Lautem localiza-se na costa norte; Cova Lima, Ainaro, Manufahi, e Viqueque na costa sul; Ermera e Aileu situados no interior

montanhoso; e Oecusse enclave no território indonésia. Cada um destes distritos possui uma cidade capital e é formado por sua vez por subdistritos, variando o número destes entre três e sete, numa média de cinco subdistritos por distrito. Em termos demográficos, é o distrito de Dili que concentra apresenta maiores valores totais e Aileu é o distrito com menos população, embora possua uma área superior ao dobro da de Dili.

Cada um dos 67 subdistritos inscritos naqueles 13 distritos possui uma Localidade Capital e subdivisões administrativas, os sucos que variam entre 2 a 18 por subdistrito. Naturalmente, os subdistritos que apresentam maiores valores demográficos são os que compõem o distrito de Dili e mais particularmente os que englobam a cidade capital do país. A menor divisão administrativa de Timor Leste é o suco, que pode ser composto por uma ou mais aldeias. Existem 498 sucos no território, numa média de 7 por subdistrito. O distrito de Baucau é o que tem o maior número de sucos, 63, e o distrito de Ainaro é o que apresenta menos divisões, 21 sucos.

2.1.1.1 A região I, cuja capital é Baucau

Baucau tem como principal atividade econômica regional a agricultura (milho, arroz, amendoim, coco e produtos da horticultura). Em termos do panorama turístico esta região também dispõe de uma vasta zona de litoral com praias atraentes, ideais para nadar e/ou desenvolver atividades aquáticas.

Na parte da educação, esta região foi classificada como segunda região mais evoluída desde a colonização portuguesa indonésia até hoje em dia. A região possui segundo lugar mais evoluído na área de educação por causa nesta região além de escolas públicas recentemente estabelecidos pelo governo existe também várias escolas privadas/católicas de qualidade elevada, comparamos com as duas regiões; região II e III, e região autonomia ou região enclave. São as escolas católicas desta região: escola agrícola Fuloro no conselho de Lautem (distrito, denominação atual), escola agrícola de Fatumaca no conselho de Baucau, Colégio Nuno Alvares Ferreira de Soibada, (língua portuguesa, formação religiosa), Colégio de Soibada Manatuto (formação de catequistas e missionários) e Colégio de Ossú (formação de educação feminina)

Digamos mais evoluído pois todos os dirigentes atual do país maioria foram formados dessas escolas privadas/católicas que existe nesta região e maioria destes dirigentes foram naturalidade deste região. Recentemente nessa região, embora existe varias escolas públicas estabelecido pelo governo mas as escolas privadas mencionadas acima ainda se encontra grande influência. As assimetrias da educação desta região se encontra nos dados de total das escolas de 2014, tanto de ensino básico como de ensino secundária. Todavia, para acessar o ensino aprendizagem a nível superior, os graduados de ensino secundário (denominação no brasil: ensino médio, precisa de imigrar o capital de região II que ao mesmo tempo como capital do país depois de terminar o seu ensino secundário.

Em termos do desenvolvimento de saúde, a Região I, como da educação foi o segundo melhor na referida área. Através do estabelecimento de estrutura do governo que funciona, onde estabeleceu uma primeira hospital Referal do país, além de uma hospital em cada capital de cada distrito e um posto sanitário em cada subdistrito dos quatro distritos deste região. Embora existam postos sanitários em cada subdistrito, um hospital centro em cada distrito e hospital Referal, mas devido das limitações de recursos humanos e equipamentos de saúde, muitas vezes os pacientes com casos especializados tem de enviar para o hospital central no região II que é o capital do país, onde o hospital da referida região já tinha equipado bastante equipamentos de standardização nacional.

2.1.1.2 Região II, sendo a capital Dili

Assim como a região I, embora um dos seus distritos tenha se tornado a capital de Timor-Leste, quer seja, Dili, a agricultura ainda é a principal atividade econômica da região. Todavia, trata-se de uma agricultura já mais diversificada (milho, arroz, amendoim, café, batata “europa1”, além dos produtos da horticultura). Pelo fato de sediar a capital do país, a região II vem desenvolvendo o turismo interno e externo, sobretudo pelas vastas zonas de seu litoral bastante atraentes pelos seus planaltos e montanhas deslumbrantes, a exemplo de Ramelau, situada no Distrito de Ainaro.

¹Designação dada a batata vinda da Europa.

Em termos da educação, região II foi classificado no primeiro lugar como região mais evoluído devido da localização no central do país também como capital embora geograficamente, Dili que como capital do país foi o menor distrito entre os quatro distritos que formam a região. No período de ocupação da indonésia, politicamente para atrair o povo e a atenção internacional, em 1987 com a cooperação de governo e fundação Loro Sae através do ministério da educação de Indonésia, estabeleceu uma universidade denominado Universitas Timor Timur em Dili capital da região referida (II) que atualmente como capital do país.

Após da derrota de indonésia na consulta popular organizado pela Missão das Nações Unidas, chegou uma nova missão das Nações Unidas ao articular o país depois da saída de indonésia, Universitas Timor Timur (designação do nome da única Universidade que existe no período da ocupação de indonésia) se transformou diretamente com nome Universidade Nacional de Timor Leste (UNTL) até a presente data como única universidade estadual que o país tem.

Além desta Universidade Nacional que o país tem no capital desta região existe também algumas Universidades privadas estabelecidas depois de a Universidade Nacional não pode acomodar os graduados de ensino secundário que a cada ano aumentou.

Enquanto na área de saúde a região II também foi classificado como região mais evoluído no país. Nela existe um hospital central equipado com equipamentos completo que recebe os pacientes de outras regiões como região I, região III e região Autonomia com casos especializadas. Além de hospital central que a região tem, recentemente o governo está preparando uma hospital especializada na região que tem nos dois regiões e também na região autonomia, para reduzir a necessidade de procurar tratamentos médico tanto no hospital central como também no estrangeiro com doenças especializadas.

2.1.1.3 Região III

É a região, cujo dois, dos seus quatro distritos localizam-se na zona ocidental do país, junto à fronteira da Indonésia. A sua principal atividade econômica é igualmente a agricultura, tal como nas duas regiões anteriormente apresentadas. Mas o volume da produção, não é apenas o da agricultura de subsistência. Pois a

grande parte da produção desta região é direcionada para outros distritos pertencentes a outras regiões, a exemplo, Dili, que é a capital de região II, atual capital do país.

O desenvolvimento da educação deste região comparamos com as duas acima, região III se encontra no terceiro lugar de classificação. Embora nele também existe escolas de ensino básico e ensino secundário (designação no Brasil: ensino fundamental e ensino médio) mas com um número menos reduzido do que tem o de duas regiões anteriores tanto da escola pública quanto da escola privada. Dois dos três distritos desta região geograficamente se localiza muito afastado do capital onde há educação do ensino superior. Devido desta situação e as demais condições como condição economia e consciência moral da população deste região a respeito da importância de educação, a maior número dos graduados do ensino médio desse região teve bastante dificuldades ao acesso a educação do ensino superior.

Enquanto a parte da saúde, como da região I e II, nesta região existe também uma hospital referal no capital do distrito de Bobonaro, atual como capital de referido região, e também três hospitais centrais em cada distrito mais postos de saúde em cada subdistrito e mobile clinica nos sucros para se atender os pacientes nas zonas rurais. A complexidade na execução da função do pessoal de saúde deste região foi maior devido de maioria das populações que moram nos interiores onde não tem acesso e a falta da reconstrução de infraestrutura como transporte que tinha destruído desde a saída de Indonésia também dificultou a execução da função de pessoal de saúde expecto com a motorizada que acessam os pacientes nas áreas rurais deste região.

Enquanto os pacientes com casos especializados, como acontece no região I muitas pacientes deste região, também tem de encaminhar para hospital central por falta de recursos humanos e equipamentos equipados que atualmente o hospital referal da referida região tem.

2.1.1.4 Região Autonomia

A região Autonomia é um distrito que se localiza na costa norte da metade ocidental da ilha de Timor Leste. O território tem apenas 64.025 (sessenta e quatro mil e vinte e cinco) habitantes, segundo o censo de 2010. Tem a área de 815 km².

Esta região/ distrito foi o primeiro ponto da ilha de Timor em que os portugueses se estabeleceram pelo que é, usualmente, considerado como berço de Timor-Leste.

Tal como as três precedentes regiões, a principal atividade econômica da Região Autonomia é a agricultura.

Assim como as duas regiões, região I e região III, a região autonomia também existe escolas a partir do ensino básico até ensino secundário como tem as regiões anteriores embora o número tanto das escolas quanto dos alunos muito pequeno. Além de escolas públicas estabelecidas pelo governo existe também escolas privadas. Em termos de tamanho administrativamente a região autonomia/enclave é formado por um só distrito com três subdistritos.

A região foi o primeiro ponto da ilha de Timor em que os portugueses se estabeleceram e considerado como verso de Timor como mencionado acima, mas em termos de desenvolvimento ficou muito precária por razão da distancia da região a capital e os demais regiões do país. Portanto neste região muitos dos graduados do ensino secundário em cada ano não conseguiram continuar o seu estudo em ensino superior, porque, para continuar ao ensino superior esses graduados também tem de imigrar para o capital por a caso atualmente o ensino superior só existe no capital do país. Além disso a maior complexidade da região autonomia a capital e as demais regiões do país, foi o transporte. Neste momento a própria transporte que o governo ofereceu a este região foi um navio denominado Nakroma, a não ser passar por área de indonésia.

Em termos de saúde, a região tem uma hospital central e três postos de saúde em cada subdistrito que existe neste região, mobile clinica e centro mobile clínica que fazem atendimento de saúde aos dois ou três sucos que se situa adjacente uns aos outros. Para os pacientes com casos especializadas também como da região I e III tem de encaminhar tudo para central atual capita da região II. A precária situação de saúde nesta região que por o caso da distancia e problema de transporte muitas pacientes desta região com caso especializada não foram bem tratados alias foram mortos.

2.1.2 Relação as três Regiões a Região Autonomia

Este região autonomia estabeleceu a relação política com as demais regiões. Em termos de desenvolvimento a região autonomia conseguiu estabelecer a

estrutura do governo que está sendo funcionando, onde há organização política, que tem um projeto de desenvolvimento e dentro desse projeto de desenvolvimento já conseguiu estabelecer estrutura do governo através de cada ministério, como da educação, conseguiu estabelecer escolas a partir do ensino básico até ensino secundário (designação no Brasil: ensino fundamental e ensino médio)

2.1.3 Política social

Após os primeiros 5 anos de ocupação, a Indonésia passou a realizar investimentos em Timor. Foram feitas obras de infraestruturas e desenvolveu-se o sector de serviços, com o início de algumas atividades de comércio e hotelaria.

Foram criados os principais órgãos da administração pública e oferecidos empregos públicos aos timorenses. No entanto, os cargos de maior responsabilidade como os de Juiz e de Procurador eram exercidos exclusivamente por indonésios. Idêntico tratamento foi destinado às profissões liberais de maior relevo, a exemplo da advocacia.

Assim, pese embora ter sido fomentado empregos para os timorenses, em geral não lhes eram permitidos o exercício de atividades e profissões de destaque, responsabilidade ou que lhes concedessem independência financeira, uma vez que era do interesse do ocupante que os timorenses permanecessem a depender da “benevolência” do poder político.

Em termos econômicos, a fase da dominação indonésia foi especialmente prejudicial para as atividades agrícolas, uma vez que não se adotou qualquer política para a recuperação das lavouras, anteriormente destruídas em razão das queimadas ou do abandono das plantações. Como consequência, desencadeou-se um movimento migratório do campo para as cidades.

Mais de 60% da população do país tem menos de 25 anos, por enquanto, os jovens deste país registra taxas de emprego elevadas, sendo que muito do trabalho fazem-no emprego não qualificados ou em situação de desemprego precárias. Enquanto muitos daqueles jovens que não tem emprego, eles se dedicam ou funcionam como agricultor no local de nascimento de cada um deles, enquanto a espera da criação de emprego pelo governo através do programa nacional de desenvolvimento dos sucos, na qual o governo providenciou uma verba de 50.000 dólares por cada suco, embora seja apenas temporário no qual muitos dos jovens

que não conseguiram trabalhar neste programa, porque os direitos de distribuição de trabalho dos jovens neste programa foi feito em rotação de acordo com o seu próprio desenvolvimento planejado.

Essa situação ocorre em todas as regiões exceto a região II (dois) devido de meios de subsistência da população destas regiões maioria são agricultores. Além disso, para emprego público, tais como do governo a diferença aparece na magnitude das necessidades em cada uma das áreas do governo, tais como da educação, o número dos empregados que trabalham nessa área como professor, região I ficou mais elevado comparamos com os de região III e região autonomia exceto região II devido do número das escolas desta região a partir do ensino básico até ao ensino secundário, tanto das escolas públicas quanto as de escolas privadas ficou mais numerosas enquanto comparamos com região III e região autonomia. Neste caso encontra-se na tabela do total das escolas de cada que se forma as regiões.

TABELA 5: Total de Escolas, 2014

Total Escola 2014							
Distrito	Escola Basica		Secundario Geral		Secundario Technical		Total
	Public	Privado	Public	Privado	Public	Privado	
Aileu	71	5	3	3	1		83
Ainaro	78	6	2	2			88
Baucau	97	77	8	1	1	2	186
Bobonaro	134	10	3	3			150
Cova Lima	84	11	3	1	1		100
Dili	65	32	8	12	3	1	121
Ermera	122	6	2	2	1	2	135
Lautem	79	5	3		1		88
Liquica	56	7	1	2	1		67
Manatuto	66	6	2	2			76
Manufahi	69	9	3	3	2		86
Oecusse	65	7	2	1	1		76
Viqueque	91	7	5	3	1		107
Total	1077	188	45	35	13	5	1363

Fonte: EMIS Data 2014 (taken as of 2014 _9th_July, as of 16th Sep for pre-school)

Um dos objetivos do desenvolvimento nacional é melhorar a qualidade humana e a qualidade da comunidade. Alimentos e saneamento é uma medida que

pode ser visto na qualidade de vida. Nele pode ser visto a partir do aumento da renda, qualidade de moradia, boa saúde etc.

Do ponto de vista de alimentação, Timor leste ainda está a baixo de precária embora o governo, através do Ministério da Agricultura tem sido tentando de várias maneiras através dos fundos do orçamento anual para melhorar a qualidade devida dos cidadãos. Dito que ainda está a baixo de precária porque até a presente data ainda existe muitas dos cidadãos que o fornecimento de alimentos sempre insuficiente e o pior ainda, que até a presente data ainda existe pessoas que só tem uma refeição por dia. Essa situação acontece em áreas rurais de cada região em especial alguns distritos de regiões que apresenta níveis de produtividade de alimentos como arroz e milho muito baixo. São os quatro principais distritos produtores de arroz e milho dos 13 distritos existentes que formam as regiões, entre os quais: distrito Baucau e Viqueque (da região I), distrito Manatuto (da região II) e distrito Bobonaro (da região III). Os sete distritos que não fazem parte dos principais distritos produtores de arroz, não quer dizer que eles não produzem nada, mas a produção destes sete distritos simplesmente só para subsistência e até alguns distritos a produção nem para subsistência.

Existe um lema/slogan do governo através do ministério da agricultura e pescas listado a partir de distritos, subdistritos e até as áreas rurais em 2ª língua oficial do país (tetum) onde se lê “Povo cuda, Governo sosa” (designação portuguesa: povo semeia, governo compra). Essa lema que o governo através do ministério de agricultura e pescas colocou até a presente momento é somente uma fala na campanha que nunca colocou na prática pelos políticos ao obter os seus recursos para uma governação, porque o próprio povo ou agricultor não sabão o que o governo irá comprar enquanto os agricultores não sabia nada o que eles vão semear.

Em termos de saneamento, a existência de um abastecimento de água potável, saneamento básico e esgotos eficazes é essencial para o futuro de um país, dado que estes fatores contribuem para a melhoria da saúde pública. Timor Leste, enquanto o saneamento não apenas o problema da comunidade de regiões nas áreas rurais mas também é um problema nacional muito sério, embora há distritos de alguns regiões que existem muitas nascentes da água mas até a presente data essas nascente de água ainda não organizou pelo governo através do

ministério competente em um sistema bem estruturado assim como de outros países, digamos do Brasil, para que o povo possa aproveitasse.

Hoje faz 13 anos a idade do país, enquanto o saneamento nas áreas rurais foi muito horrível porque ainda não tem condição, até as pessoas fazem as suas necessidades no qualquer canto onde lhes sentiam seguro para as colocar. Não apenas nas áreas rurais das regiões, até alguns instituições do governo como por exemplo: escolas, oficinas do governo e lugares públicos, também ainda existe saneamento precária onde não tem instalação de água suficiente nos banheiros. Essa situação encontra-se a partir de subdistrito, distrito até o capital das regiões, excepto Dili como capital do país embora ainda está de baixo do ideal.

Distrito Dili, mesmo assim como capital da região II e ao mesmo tempo capital do país também ainda existe alguns das instituições do governo que não tem saneamento adequado ou padrão equipado pelo governo de acordo com sistema de tratamento de saúde, como por exemplo, algumas escolas no capital que só tem um banheiro com o número total de 2000 e tal alunos e mais 100 e tal professores, acontece também alguns oficinas do governo que tem banheiro, mas não tem água suficiente instalado através do órgão competente. Esta situação dificulta os servidores da nação ao exercer as suas funções como deve de acordo com as promessas na tomada de posse, porque devido dessas situações precárias os pessoais que trabalham nas oficinas ou os professores abandonam as suas funções e tem de virar para casa só para tratar as suas necessidades.

Number of schools in 2015										
District	Basic Schools			Secondary			Technical			Grand Total
	Public	Private	Total	Public	Private	Total	Public	Private	Total	
Aileu	71	5	76	3	3	6	1		1	83
Ainaro	74	6	80	2	2	4				84
Baucau	96	76	172	8	2	10	1	4	5	187
Bobonaro	134	10	144	3	3	6	1		1	151
Cova Lima	85	11	96	3	1	4	1		1	101
Dili	66	33	99	8	13	21	3	2	5	125
Ermera	122	6	128	2	2	4	1	2	3	135
Lautem	79	5	84	3		3	1		1	88
Liquica	56	7	63	2	2	4	1		1	68
Manatuto	66	6	72	2	2	4				76
Manufahi	69	9	78	3	3	6	2		2	86
Oecusse	67	7	74	2	1	3	1		1	78
Viqueque	91	7	98	6	3	9	1		1	108

Grand Total	1076	188	1264	47	37	84	14	8	22	1370
------------------------	-------------	------------	-------------	-----------	-----------	-----------	-----------	----------	-----------	-------------

FONTE:

**** Sourceemis 3/08/2015**

3. AS ASSIMETRIAS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E DESAFIOS PARA DESENVOLVIMENTO DO TIMOR LESTE

3.1 Planejamento de Governo

Como tem sido conhecido que, ao levar a cabo do desenvolvimento de um país, a primeira coisa que precisa ser feito é o Plano, tanto planejamento de curto prazo, médio prazo como também o de longo prazo. Sem um bom plano é impossível para um estado através do seu governo atingir as suas metas de acordo com os princípios da sua campanha política.

Assim como Timor Leste, que ao alcançar o seu desenvolvimento aspirado, o governo de Timor Leste estabeleceu um pacote integrado de políticas estratégicas denominado Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), para serem implementados a curto prazo (um a cinco anos), a médio prazo (cinco a dez anos) e a longo prazo (dez a vinte anos).

O atual plano possui quatro atributos determinantes, que permite afirmar e que está bem colocada para concretizar a visão do governo. São os quatros atributos determinantes: vontade política, potencial econômico, integração nacional e população dinâmica.

Vontade política:

O Povo timorense deu mostras de uma notável resistência e dedicação a sua Nação. Em busca da Independência agimos com coragem, determinação e criatividade, tendo sofrido muito para concretizar o nosso sonho. As mesmas características, que nos permitiram chegar a Independência, podem agora ser utilizadas e prol da realização do nosso sonho de uma Nação prospera e moderna (PLANO ESTRATÉGICO/TIMOR LESTE, 2011-2030).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento ajudara nesse objetivo, através da criação de um propósito comum e da definição de um quadro que visa criar um sentimento forte de empenho e determinação nacionais.

Potencial econômico:

Timor-Leste possui recursos naturais valiosos, incluindo uma das matérias-primas mais importantes a nível mundial, o petróleo. O desenvolvimento do setor petrolífero pode ajudar a assegurar as

bases de uma economia sustentável e vigorosa. As receitas do setor podem ser investidas em educação e serviços de saúde para famílias, na ajuda a agricultores para melhorarem a sua produtividade, de forma a que o setor agrícola venha a liderar a criação de emprego do setor privado (PLANO ESTRATÉGICO/TIMOR LESTE, 2011-2030).

Estas receitas podem também ajudar a financiar as infraestruturas necessárias para construir uma economia diversificada e transformar nele numa Nação moderna. Timor Leste pode também aproveitar a sua localização no Este Asiático, um dos grandes motores da economia mundial. No século da Ásia e perto das grandes economias emergentes. Geograficamente, Timor Leste está bem posicionado para estabelecer relações comerciais e parcerias com os seus vizinhos, a fim de conseguir um crescimento económico rápido e sem precedentes.

Integração nacional:

Timor-Leste é um pequeno País com uma superfície com cerca de 15.000 km² e uma população de 1,066,409 habitantes (Censos 2010). Isto faz de Timor-Leste um país bem posicionado para estabelecer ligações efetivas entre a sua população, entre as suas áreas urbanas e rurais e entre o seu governo e o seu povo – ajudando-nos a conseguir rapidamente a integração nacional e o desenvolvimento económico (PLANO ESTRATÉGICO/TIMOR LESTE, 2011-2030).

A ligação do povo entre si e com o mundo é um objetivo essencial do Plano Estratégico de Desenvolvimento. A melhoria das telecomunicações, estradas, portos e aeroportos serão imprescindíveis para um crescimento económico forte e para a melhoria do desenvolvimento humano. Parte desta estratégia envolverá também o apoio ao desenvolvimento de corredores de crescimento regionais e de uma urbanização planificada que permita o equilíbrio entre as condições de vida das zonas urbanas e rurais.

Dinamismo:

Um país jovem como Timor Leste com uma população jovem. Mais de metade da população tem menos de 19 anos. Embora esta situação crie desafios, também fornece enormes oportunidades para a nação emergente. Ao longo das próximas décadas, a geração jovem irá tornar-se a maior parte da força laboral e irá responder as novas oportunidades com dinamismo, criatividade e entusiasmo. Esta nova geração, a medida que entra para o mercado de trabalho e domina novas tecnologias, será a força que conduzirá o País ao

crescimento econômico e ao desenvolvimento (PLANO ESTRATÉGICO/TIMOR LESTE, 2011-2030).

Segundo o plano do governo, as estratégias e ações estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento visam, até 2030, Timor-Leste ir passar de um país com baixos rendimentos para um país com rendimentos médio-altos, com uma população saudável, instruída e segura. Este objetivo reflete as aspirações do Povo timorense, tal como foram expressas durante uma consulta nacional alargada em 2010, e faz uso do Plano de Desenvolvimento Nacional e do documento 'Timor-Leste – Uma Visão para 2020

O referido Plano está alinhado com os objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, é mais do que um conjunto de metas. O plano pretende estabelecer uma orientação que possibilite um desenvolvimento inclusivo, sustentável e ao longo prazo em Timor Leste.

Seguindo os objetivos de Desenvolvimento do Milênio que consistem em oito objetivos estratégicos de desenvolvimento que todos os Estados-membros das Nações Unidas pretendem atingir até 2015. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do governo de Timor-Leste é consistente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, ao mesmo tempo, reflete também a sua história, cultura e património únicos. As metas e objetivos estratégicos reconhecem que a construção da Nação e a consolidação da paz são prioridades que precisam ser alcançadas para que seja possível atingir outros objetivos sociais e econômicos.

Dois dos objetivos do Desenvolvimento Milênio em Timor Leste são:

Alcançar o ensino primário universal com a meta de assegurar que, até 2015, todas as crianças, tanto rapazes como raparigas, são capazes de concluir um ciclo completo de ensino primário e 'melhorar a saúde materna' com a meta reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, o rácio de mortalidade materna. Para a finalidade de atender os dois objetivos e as duas metas referidas do desenvolvimento milênio, o governo Timor leste através do seu atual plano estratégico de desenvolvimento pretende melhorar a vida do povo timorense o capital humano através de uma estratégia e de ações nas áreas vitais da educação, saúde e inclusão social (PLANO ESTRATÉGICO/TIMOR LESTE, 2011-2030).

A atenção atribuída a estas áreas reflete as prioridades do povo timorense e a compreensão de que uma sociedade forte é um pilar necessário para o

desenvolvimento econômico. São áreas principais como pilar necessário do desenvolvimento econômico para fortificar uma sociedade.

3.1.1 Educação e Formação

A educação e a formação são as chaves para melhorar as oportunidades de vida do povo para o ajudar a concretizar todo o seu potencial. São também vitais para o crescimento e desenvolvimento econômico de Timor-Leste. A visão é que todas as crianças timorenses devem ir a escola e receber uma educação de qualidade que lhes de os conhecimentos e as qualificações que lhes permitam virem a ter vidas saudáveis e produtivas, contribuindo de forma ativa para o desenvolvimento da Nação.

O primeiro passo para concretizar esta visão e remover as barreiras no acesso a educação, garantindo que o direito a educação é assegurado a todas as crianças a nível nacional. Para melhorar o acesso a educação, Timor-Leste precisa melhorar a qualidade e a equidade da educação, de modo a que seja possível atingir resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis através do seu próprio plano estratégico de desenvolvimento. Estas duas tarefas irão requerer a afetação de recursos substanciais. O governo tem de expandir o investimento no sistema de educação para garantir que tem as infraestruturas e os docentes de que o governo precisa para dar a todas as crianças acesso a um ensino de qualidade, independentemente onde residam, em Timor-Leste.

A maior parte das infra-estruturas educacionais em Timor-Leste foi destruída em 1999. Desde então o governo tem sido investido na construção e reabilitação de escolas por todo o país, mas há ainda muito caminho a percorrer ate todas as escolas estarem equipadas com salas de aula e instalações modernas e adequadas.

A tabela seguinte apresenta as estimativas de necessidades em termos de infraestruturas escolares, ao longo dos próximos 20 anos e, mostra que a construção de salas de aula e instalações escolares será uma tarefa muito importante para a Nação.

Tabela 2: Estimativa das Necessidades de Infra-estruturais Escolares

	Instalações existentes		Estimativas de instalações a construir/reabilitar			
	2011		2015		2030	
	Escolas	Salas de aulas	Escolas	Salas de aulas	Escolas	Salas de aulas
Pré-escolar	180	2.820	253	758	169	506
Básico	1.309	13.553	502	3.012	335	2008
Secundário	80	6.400	64	1.280	43	853
Total	1.530	22.773	819	5.050	457	3.367
* 70% das instalações existentes até a presente data encontram-se em condições precárias, pelo que é necessário a sua rápida reabilitação.						

Fonte: Ministério da Educação - Timor Leste, 2011

3.1.2 Ensino Pré-Escolar

As crianças são o futuro de um país. Pois esse foi um slogan que universalmente sempre apareceu no qualquer evento político pela fala dos políticos na sua campanha. O caso do Timor Leste, para garantir que elas adquirirem um bom começo forte na sua instrução, segundo o plano, governo irá alargar e melhorar o ensino pré-escolar com fins de assegurar cuidados de ensino alargados em especial as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas, através de implementação de um novo currículo educacional, com base nos melhores programas de desenvolvimento de crianças.

Segundo o plano estratégico,

Até 2015 terão sido construídas, pelo menos, 253 novas escolas pré-escolares com 758 salas de aula, sendo que, até 2030, serão construídas mais 169 escolas pré-escolares com 506 salas de aula. Todas estas novas escolas e salas de aula serão devidamente equipadas. Serão desenvolvidos programas de formação de qualidade para professores, a nível teórico e prático, sendo estes, formados em metodologias pedagógicas apropriadas a educação pré-escolar (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TIMOR LESTE).

Number of school Construction in 2011 - 2015										
Level_name	Basic Education			Secondary			Technical			Grand Total
District	Public	Private	Total	Public	Private	Total	Public	Private	Total	
Aileu	3		3							3
Baucau		1	1					2	2	3
Bobonaro	2		2		1	1	1		1	4
Cova Lima	1		1							1
Dili	1	1	2							2
Ermera	2	1	3							3
Lautem	1		1	1		1				2
Liquica	1		1		1	1				2
Manatuto	2		2							2
Manufahi	2		2							2
Oecusse	8		8							8
Viqueque	2		2							2
Grand Total	25	3	28	1	2	3	1	2	3	34

FONTE:Ministério da Educação, Departamento SIGE/EMIS 2015

3.1.3 Ensino Básico

O sistema de ensino em Timor-Leste estava organizado num modelo 6-3-3: seis anos de ensino primário (primeiro a sexto ano do ensino fundamental) três anos de pré-secundário (sétimo a nono ano do ensino fundamental) e três anos de secundário (ensino médio). Entretanto, isto foi alterado para um sistema de ensino básico obrigatório que engloba os primeiros nove anos de escolaridade e que é seguido por três anos de ensino secundário.

Desde 1999, Timor-Leste tem incidido a maior parte dos seus esforços no ensino primário ou básico, tendo conseguido progressos consideráveis, tal como se pode ver na tabela seguinte. Esta tabela ilustra também o esforço substancial que tem sido feito ao nível da reconstrução do sector desde 1999, altura em que havia apenas 65 professores timorenses do pré-secundário.

Tabela 3: Progresso no Ensino Básico, 2011 a 2015

	2011	2015
Alunos	305622	321451
Professores	8497	10884

Fonte:Ministério da Educação/Timor Leste, 2015

Deve-se notar também que foram conseguidos progressos significativos na área das matriculas. Até recentemente, Timor-Leste estimava que até 2015, 88% de crianças na idade correta estariam matriculadas do primeiro até ao sexto ano de escolaridade. Já ultrapassamos este valor tendo, em 2011, alcançado 90% de crianças na idade correta matriculadas no ensino básico.

Com um número cada vez maior de crianças, será necessário aumentar em um terço as matriculas de crianças com seis anos, ao longo dos próximos cinco anos, passando portanto, de 30.000 em 2011 para 39.000 em 2015, para manter os indicadores de matriculas constantes, segundo plano estratégico o governo irá criar no futuro um aumento considerável de professores, salas de aula e gastos com educação para a construção de um sistema de ensino básico que providencie o acesso universal e que assegure a conclusão do ensino básico de qualidade a todas as crianças.

3.1.4 Ensino Secundário

Atualmente o ensino secundário em Timor-Leste está dividindo em escolas secundárias gerais e escolas secundárias técnicas. Em 2010 o número de alunos no ensino secundário (incluindo escolas técnicas) era de 40.781, com 2.073 professores empregados no sistema de ensino secundário. O setor privado é responsável por 31% do total das matriculas e 43% no distrito de Dili. Existem atualmente 91 escolas secundárias em Timor-Leste, das quais 74 são gerais (43 públicas e 31 privadas) e 17 são técnicas (12 públicas e 5 privadas). Recentemente o número de alunos que concluem os estudos nas escolas técnicas é extremamente baixo, sendo que somente 12% dos jovens em idade apropriada terminam os seus estudos nestas escolas.

Tabela 4: Ensino secundário em Timor-Leste, 2015

	Secundários	Secundários Técnicos	Total
Alunos	45400	6022	51422
Escolas	84	22	106
Professores	1686	401	2073

Fonte: Ministério da Educação, 2015.

A estratégia geral do governo pretende garantir que, aos 15 anos de idade, todos os alunos que terminam o ensino básico terão acesso ao ensino secundário. Para tal, o governo irá incidir no alargamento do acesso ao ensino secundário e a provisão de infraestruturas adequadas e professores qualificados nas escolas secundárias, para melhorar os resultados em termos de aprendizagem e de qualificação por parte dos alunos que concluem este nível de ensino.

3.1.5 Ensino Superior

O ensino superior nacional atual em Timor Leste está dividido em ensino superior técnico e ensino universitário, ambos financiados para garantir o máximo de acesso, equidade e qualidade aos alunos.

A Universidade Nacional Timor Loro sae (UNTL) foi a universidade estadual que atual país tem, foi criada em 2000. A UNTL serve os propósitos nacionais de ensino e de investigação com vista ao conhecimento especializado da comunidade, promovendo a liberdade de pensamento e fortalecendo a cultura e a democracia timorense. Dado que é a única universidade pública em Timor-Leste, foi desenvolvido um quadro legislativo para assegurar a autonomia da UNTL.

Além da única Universidade Estadual (UNTL) existem também 10 instituições privadas de ensino superior em Timor-Leste, as quais precisam melhorar a qualidade e a relevância dos seus cursos para melhor corresponder as necessidades sociais e económicas do País. Isto inclui o aumento de cursos superiores orientados para as necessidades do mercado de trabalho e para a melhoria do desenvolvimento geral do conhecimento nas áreas da inovação e do sector empresarial.

Para responder os desafios futuros, os dois ramos do ensino superior deverão concentrar-se na concretização dos seguintes objetivos:

- O ensino técnico pós-secundário irá oferecer cursos aplicados especializados, com a duração de um ou dois anos, que visarão o desenvolvimento de capacidades práticas de resolução de problemas, ao mesmo tempo, que desenvolvem capacidades educacionais mais amplas. Serão ministrados

cursos em institutos politécnicos ou em institutos contratados ligados a politécnicos, sendo que os cursos conduzirão a qualificações de nível de diploma.

- O ensino universitário incidirá na investigação e criação de conhecimentos, com uma Preparação científica, técnica e cultural ampla para a continuação dos estudos ou para a entrada no mercado de trabalho. Os cursos serão ministrados em universidades, institutos ou academias e conduzirão a bacharelatos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Para atingir estes objetivos, o governo irá:

- Implementar um sistema forte regulador de garantia de qualidade através (i) do registo de todas as qualificações nacionais num Quadro Nacional de Qualificações (ii) do desenvolvimento continuado do órgão nacional de garantia de qualidade, a Agencia Nacional de Avaliação e Acreditação Acadêmica, que será responsável por determinar padrões e critérios de garantia de qualidade para todos os cursos de ensino superior.
- Desenvolver um sistema administrativo eficaz para coordenar todas as intervenções do governo em nível do ensino superior e estabelecer alvos e orçamentos prioritários.
- Estabelecer Institutos Politécnicos, incluindo um para cada um dos nossos sectores Industriais estratégicos. Isto incluirá um Politécnico de Engenharia, um Politécnico relacionado com a indústria petrolífera, a ser estabelecido no Suai, um Politécnico de indústria de serviços, abrangendo turismo e hotelaria, a ser localizado em Lospalos, e um Politécnico de Agricultura a ser estabelecido na costa sul.

3.1.6 Saúde

A boa saúde é essencial para uma boa qualidade de vida. As crianças de Timor-Leste, em particular, merecem ter acesso a bons cuidados de saúde, alimentos nutritivos, água potável e bom saneamento.

A Constituição de Timor-Leste estabelece os cuidados médicos como um direito fundamental de todos os cidadãos e impõe ao governo o

dever de promover e estabelecer um sistema nacional de saúde universal, geral, gratuito e, na medida do possível, descentralizado e participativo (Plano Estratégico/Timor Leste, 2011-2030).

3.1.6.1 Cuidados de Saúde Primários

Recentemente cuidados de saúde primários no Timor Leste, existem postos de saúde, contendo por norma mínima um enfermeiro e uma parteira na cada suco com fins de prestar cuidados curativos e preventivos além dos programas de promoção de saúde.

Enquanto em nível de subdistrito, os Centros Comunitários de Saúde prestam um nível de serviço superior aos dos Postos de Saúde, tem mais funcionários e prestam apoio técnico e administrativo a Postos de Saúde. Duas vezes por semana, os Centros Comunitários de Saúde providenciam clínicas móveis, por via de motorizadas, a comunidades remotas sem Postos de Saúde.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento em 2015, os cuidados de saúde primários serão reconfigurados e reformados na qual onde, os sucos com população entre 1.500 a 2.000, localizados em áreas muito remotas, serão atendidos por Postos de Saúde com capacidade para providenciar um pacote abrangente de serviços, e até em 2020, todos os Postos de Saúde terão, pelo menos, um médico, dois enfermeiros e duas parteiras.

3.1.6.2 Cuidados de Saúde Hospitalares e Especializados

Além de cuidados de saúde primária, existe também cuidados de saúde hospitalares e especializados embora há alguns casos que tem de cuidar através de ligações internacionais por falta de recursos tanto ao recursos humanos quanto ao recursos materiais uma vez que devido ao recém-independente.

Segundo o plano estratégico de desenvolvimento, Para antecipar o deslocamento de pacientes ao estrangeiro como doença de cancro e os demais outras doenças, em 2020 será construído um hospital especializado em Dili para receberem tratamentos especializados e até 2030 Serão construídos hospitais distritais especializados, ao mesmo tempo haverá serviços hospitalares em todos os 13 distritos.

3.1.6.3 Cuidados de Saúde de Setor Privado

Como um país que recém-independente, como o lema da saúde “a nação forte sendo o povo saudável” Timor Leste em termos de saúde passou por uma situação muito difícil, tem de estender a mão pela solidariedade de organizações não governamentais tanto a nível quanto a nível regional.

Assim como a Clínica Café Timor (CCT), foi uma das organizações não governamentais que começou por tratar das necessidades de saúde das cooperativas estabelecidas por trabalhadores na indústria do café, opera oito clínicas fixas que prestam serviços semelhantes aos de um Centro Comunitário de Saúde no sistema público, bem como 24 clínicas móveis envolvendo 74 elementos em cinco distritos e na capital Dili. Além disso, existem também 32 clínicas com base em igrejas espalhadas pelo País. Enquanto a Caritas opera 27 clínicas espalhadas pelos distritos, com 125 elementos médicos, sobretudo voluntários.

3.1.6.4 Saúde Materna

Assim como os sub tópicos que tenha sido citado acima, à saúde materna também foi um deles que é necessário de colocar em consideração para salvar guardar um bom futuro de um país, pois é impossível de discutir a salva guarda dum bom futuro de um país sem considerar a saúde materna.

O caso de Timor-Leste segundo o Plano Estratégico, governo, irá aumentar o acesso a serviços pré-natais, de parto, pós-natais e de planeamento familiar, de modo a assegurar que, até 2015, 70% das mulheres grávidas recebem cuidados pré-natais, pelo menos, quatro vezes durante a gestão, e 65% das mulheres terão um parto assistido. Irá melhorar os cuidados de obstétrica de emergência através do reconhecimento, detecção precoce e gestão de complicações de obstétrica a nível comunitário e de transmissão. Irá fortalecer os serviços de saúde reprodutiva para adolescentes e iremos autonomizar os indivíduos, famílias e comunidade no sentido de contribuírem para a melhoria dos cuidados maternos e dos serviços de saúde reprodutiva. Irá também melhorar a recolha e a análise de dados no que diz respeito a serviços de saúde materna

3.1.6.5 Saúde de infantil

Os indicadores de saúde publicados pelas diversas agências internacionais como Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD mostrou que a situação de saúde em Timor Leste é bastante débil. Entre os mais reveladores encontram-se que a taxa de mortalidade infantil com menos de cinco anos (que se refere ao numero de crianças em cada 1.000 que morrem antes do seu quinto aniversario) e da taxa de mortalidade infantil (que se refere ao numero de crianças em cada 1.000 que morrem antes do seu primeiro aniversario), isso faz com que o governo precisa de fazer mais esforços para minimizar o numero de mortes de crianças em Timor-Leste.

Para reduzir a mortalidade infantil, a estratégia consiste em melhorar, expandir e manter a qualidade e a cobertura de serviços preventivos e curativos a recém- nascidos, bebes e crianças a fim de reduzir a mortalidade de crianças com menos de cinco anos e a mortalidade infantil.

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011), isto será conseguido através do desenvolvimento de uma política abrangente de saúde infantil, melhorando a capacidade do sistema de saúde para apoiar a prestação de cuidados integrados e preventivos para recém-nascidos, aumentando o acesso e a qualidade dos serviços de vacinação e melhorando o sistema de transmissão de modo a melhor responder as necessidades em termos de saúde infantil.

3.1.6.6 Saúde Mental

As doenças mentais mais comuns são a depressão, a ansiedade e o *stress*. Muitas pessoas, que sofrem destas desordens, não procuram cuidados profissionais, mesmo quando estes estão disponíveis. Algumas desordens mais comuns, tais como psicoses, são as mais debilitantes e obrigam quem delas sofrer a receber assistência profissional vasta.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), na sua estimacão que 1% a 2% da população de qualquer País requer cuidados de saúde mental em algum momento da sua vida. O caso de Timor-Leste isto significa que entre 11.000 e 22.000 pessoas requerem assistência ao nível da saúde mental. Todavia, em face do conflito e do

trauma associado com a historia recente do país, e possível que o numero real seja bem mais elevado.

Segundo os dados de saúde no capítulo 2 do Plano Estratégico de Desenvolvimento, em 2009 havia 3.743 pacientes mentais no sistema de saúde mental de Timor-Leste, o que sugere que muitos mais dos cidadãos com desordens ao nível da saúde mental, podem não estar a receber cuidados e tratamentos adequados.

Ao reduzir o número de paciente desta doença, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento, o governo irá adotar varias estratégias para melhorar os serviços de saúde mental em Timor-Leste. São prévias do governo:

- Melhoria do acesso a instalações de saúde e a tratamentos para todas as pessoas com doenças mentais ou epilepsia.
- Fornecimento de instalações apropriadas nos hospitais de referencia para os pacientes de saúde mental.
- Introdução de uma equipa multidisciplinar abrangente de psiquiatras, enfermeiros de psiquiatria, psicólogos e técnicos de saúde mental devidamente qualificados e com padrões específicos de formação.
- Aumento da sensibilização comunitária e da compreensão por parte desta em relação as doenças mentais e a epilepsia, por meio de educação e promoção.

4. DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TIMOR LESTE

Para construir um país recém-independente no qualquer canto do mundo realmente não é fácil como reverter ou virar as duas palmas, mas, sim, sempre enfrentar vários desafios como obstáculo para o desenvolvimento. Recursos humanos considerado como um dos principais desafios para o crescimento de um país. Como sabemos que os recursos humanos são como a espinha dorsal das atividades administrativas dos seres humanos.

Assim, como um estado soberano deve ter irrestrita atenção quanto a este aspecto, vendo-o como prioridade em prol da construção dos vários aspectos ou fatores que devem ser baseadas no potencial dos recursos humanos em diversas áreas. Caso voltadas a não se colocarem os recursos existentes de acordo com a habilitação de cada recursos ou seja não coloquem os recursos na posição certa, enquanto tinha sabido que, isso foi um problema sério do país. Portanto na colocação de recursos devem realmente ser feita em conformidade com a profissão assim como popularmente disse “pessoas certas no lugar certo”.

O caso de estado do Timor Leste ainda havia vários problemas em relação a este assunto. Entretanto o governo já tinha alocado um Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano como fundo especial para fins de corrigir ou acrescentar esta área. Assim como sabem que recursos humanos foi como um requisitos dos quais que os países não têm como evitar ou seja têm de cumprir, caso não, isso quer que ainda existe desafios ao alcançar seus objetivos.

Como sabe-se que, recursos humanos foi a chave principal para a melhoria do desenvolvimento de um país de acordo com os seus objetivos desejados em matéria de desenvolvimento. Em relação a este caso, são os desafios para o desenvolvimento do Timor Leste;

4.1 Educação

Após a vitória pela independência, em 30 de Agosto de 1999, a ONU estabeleceu uma administração provisória neste recém-país. Assumido como representante do Secretário Geral Organização das Nações Unidas (ONU), o brasileiro Sérgio Vieira de Melo, colaborando com a CNRT, responsabilizar a

instalação do recém-país ate que este conseguisse realizar a restauração da independência, que ocorreu no dia 20 de maio de 2002. Durante os dois anos de preparação para restaurar a independência (2000 a 2000), todos os setores de desenvolvimento tiveram esboços e alguns setores chegaram a lançar programas pilotos. A partir de 20 de maio de 2002, dia da Restauração da independência, a República Democrática de Timor Leste (RDTL) foi reconhecida como um estado de direito democrático, soberano e independente no respeito pela dignidade humana, no cenário internacional. Como país soberano, o Timor Leste adquiriu autonomia para gerir o seu próprio desenvolvimento nacional.

Neste contexto, a educação e a cultura são pilares fundamentais para o desenvolvimento de recursos humanos, que no momento e no futuro irão se encarregar das responsabilidades pelo desenvolvimento socioeconômico do país. De fato foi uma exigência imediata, que o país encara com seriedade, procurando de tal forma começar a se reconstruir, principalmente no sector educacional.

Havia muitos problemas no Timor Leste desde o inicio da sua independência até apresente data nesse sector, são; profissionais, condições de trabalho e salário dos servidores neste sector.

4.1.1 Profissionais

Um dos problemas do Timor Leste desde a sua independência ate a presente data como desafio no sector da educação foi a falta de profissionais capacitados para exercer sua função ou profissão, inclusive professores. Com o resultado do referendo, a maioria não votou em prol da integração com a Indonésia, a maior parte dos professores, principalmente os que trabalhavam no ensino médio e no nível universitário, emigrou para a Indonésia, o que deixou Timor Leste sem muitos recursos humanos e sem muitos professores.

Neste aspecto, a escassez de docentes, marca uma fragilidade no desenvolvimento humano da população, e, conseqüentemente, a fragilidade de um país. Vale lembrar que uma parte dos professores que atua nas escolas timorenses não têm habilitação adequada para exercer esse trabalho. Isto ocorre porque boa parte desses professores é oriunda de áreas profissionais alheias à educação, que estão prestando serviços nas escolas timorenses, devido à escassez de profissionais qualificados para exercerem a função de professor. A presença deles

tem como objetivo dar apoio à reestruturação do Timor Leste, preenchendo as vagas ociosas para docentes, que há nas escolas, embora falta-lhes a devida qualificação e identidade como profissional da educação.

Segundo o documento Político Nacional da Educação de Timor Leste (2006/2007, p. 1), “em 2001, 57 % da população adulta possuía pouca ou nenhuma escolaridade; 23 % da população só possuía o nível primário, 18 %, o nível secundário e 1,4 % educação superior”, como mostra a tabela a seguir.

TABELA 6. Percentagem de escolaridade da população adulta timorense no período inicial da independência

População adulta	Percentual de escolaridade
Pouca ou nenhuma educação	57 %
Ensino Primário	23 %
Ensino Secundário	18 %
Ensino Superior	1,4 %

Fonte: Documento da Política Nacional da Educação e Cultura de Timor Leste (2006/2010)

Essas percentagens mostra a falta de recursos humanos no Timor Leste. A escassez intelectuais num país recém-independente é uma grande problemática e se torna o principal desafio para o desenvolvimento de todos os sectores de uma nação. Desafio este que poderia ser enfrentado mais tranquilamente no Timor, caso o próprio sector educacional não estivesse precarizado, dificultando a formação e preparo dos jovens para o desenvolvimento do país.

4.1.2 Condições de trabalho

Construir um país novo ou recém-independente não é uma tarefa fácil e, menos ainda, construir um país sem auxílio da educação. No contexto do Timor Leste, em 2000, após a vitória pelo referendo em 30 de Agosto de 1999 até a

presente data, as condições de educação eram mais complicadas. Além da falta de recursos humanos, outra dificuldade enfrentada pela educação aos 13 anos iniciais da independência, foi a falta de infraestrutura. Pois todos os investimentos feitos pelo governo Indonésia, por mais de duas décadas (edifícios, equipamentos etc.) foram destruídos logo após a vitória do movimento pela independência, no referendo de 1999. Frustrados em seus intentos de manter a dominação Indonésia, grupos organizados (milícias), com o apoio de militares indonésios, destruíram a maioria das instalações públicas. Este ato foi motivado pelos militares conhecidos como TNI, que utilizaram os grupos de milícias pró-integração para praticar violências. Além de matar pessoas, muitas escolas foram derrubadas e queimadas, o que levou a perda de edifícios escolares, salas de aulas, secretarias e materiais didáticos.

Em condições precárias, partimos do lema da luta “*mate ka moris ukun rasik an*” ou seja “pátria ou morte é independência” sabemos que é uma grande ousada para os timorenses assumir a responsabilidade de construir o país. O slogan naquele período inicial era “começar de zero (0)” o que significa que todo o sector a ser desenvolvido inicia a partir do nível operacional básico. Todavia, com grande orgulho e expectativas, cheios de confianças para chegar num dia, ao “Timor Leste Próprio”.

4.1.3 Salários

Faz 13 anos Timor Leste restaurou a sua independência, a República Democrática de Timor Leste (RDTL) foi reconhecida como um estado de direito, soberano e independente no respeito pela dignidade humana, no cenário internacional. Em condições gerais, no Timor Leste até a presente data ainda não há perspectivas de melhoria salarial para todos os servidores técnicos incluindo o da educação como professores. Um dos indicadores, talvez seja, pelo facto que a independência ser ainda nova e as condições do país ainda dependerem de auxílios externos.

No momento atual, os recursos financeiros ainda aguardam o processo de planejamento, na definição das leis, além de dependerem do processo de exploração de recursos naturais, entre outras. As exigências vêm sendo reclamadas

por todas as chamadas da sociedade, funcionários e trabalhadores, por razões de necessidades básicas. Todavia há muitas reclamações por melhores remunerações, direitos profissionais, diminuição da sobrecarga de trabalho, além do direito a receber as horas extras.

A implementação de salários dos funcionários públicos e contratados definidos desde de ano 2000 (período de transição) ate a presente data, como mostra a tabela, indica uma baixa remuneração para os funcionários, inclusive para os servidores da educação como professores.

TABELA 7. Bases Salariais Propostas e Escalões Salariais (\$ por mês) no Timor Leste

Nível	AF 2000 - 2001 (base salarial)	Proposta (base salarial)	Escalão salarial
Nível. 1	85	85	85
Nível. 2	100	100	100
Nível. 3	123	123	123
Nível. 4	155	155	155
Nível .4 (a)	155	223	223 - 290
Nível. 5	201	290	290 -383
Nível. 6	266	383	383 - 520
Nível. 7	361	520	520 - 678

Fonte: Período sob a liderança da UNTAET,(2000 a 2010)

O nível 4 consistiria somente de pessoal de educação e saúde. O nível 4 (a) é constituído pelos demais profissionais do nível 4. De acordo com as classificações, os professores que lecionam no ensino primário ocupam o nível 3 e nivela estão aqueles que lecionam para pré-secundário e secundário (denominado no Brasil, a partir de sétimo ano ensino fundamental e ensino médio). Já os professores universitários ocupam o nível 5. Assim, essa classificação tem base na diferença dos níveis de escolaridade em que o professor atua, porém não se baseia ainda no nível

de formação dos professores. Embora tenham ocorrido pequenas mudanças salariais durante o período de 2000 até 2009, mas estas mudanças não resultaram em um aumento salarial significativo.

Para que todos os servidores desta divisão possam desempenhar bem as suas funções, é preciso considerar também que a questão de má remuneração é uma questão séria que interfere em toda vida profissional dos professores. E esta vulnerabilidade tem sido marcante em muitos países, como foi dito, predominantemente nos países subdesenvolvidos e também em desenvolvimento. Neste caso, no Brasil, como por exemplo, apoiamos Lúdke(2008, p.82, apud FERREIRA (2011, p.85) , segundo ele, a “insuficiência salarial” de professores, considerando também que este é um dos temas mais discutidos na profissão de professores nos últimos anos.

Timor Leste, o baixo salarial provoca o desestímulo dos servidores em especial os professores, o que os leva a não cumprir seus horários de trabalho e ainda se desviarem da profissão, procurando outros trabalhos que possam complementar suas rendas: ensinar em outras escolas, vendas no mercado ou em casa etc. No caso dos que atuam no interior do país, a maioria acaba também trabalhando nas lavouras, como alternativa de suplementação de renda.

Esta situação durou até a emissão do Decreto de Lei-Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos professores do Sistema de Ensino Básico e secundário (Estatuto da Carreira Docentes) para realizar o novo sistema salarial. Esse decreto motivou os professores ao depositar suas esperanças de garantia de um bom salário a partir de 1 de janeiro de 2011. Porém, observamos através dos dados na tabela seguida que a nova classificação salarial dos professores ainda é relativamente baixa, quando comparamos com o custo de mercadorias.

TABELA 8. Nova proposta salarial dos professores de infância e dos professores do ensino básico das escolas públicas do Timor Leste. Visa entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2011.

Estrutura de Salários Regime Carreira Docente-Carreira Normal	
	Salários/Escalões (\$)

Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8
Professor Sênior	374	387	400	425	438	463	489	510
professor	298	310	323	336	349	361		
Assistente	\$ 264	Período provatório/insucesso por 3 vezes exclui da Carreira						

Estrutura aplicada automaticamente aos professores com Bacharelato ou Licenciatura via ensino obtida depois de entrada em vigor do Estatuto

264	Exame de Acesso a Categoria de Professor
310	Salário inicial para Professor com licenciatura via ensino
323	Salário inicial para Professor com Mestrado ou Doutorado em matéria científica ou pedagógica da sua área de ensino, ou em ciências da Educação ou em Gestão e Administração Escolar
361	Exame de Acesso a Categoria de Professor Sênior

Fonte: Proposta de Decreto Lei – Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Sistema de Ensino Básico e Secundário (Estatuto da Carreira Docente), 2011

4.2 Saúde

Timor Leste como um país novo, inicialmente havia muitos problemas em administrar a sua independência. Sendo um desses problemas enfrentados como desafio para o desenvolvimento também foi a saúde. Como um novo estado independente, O sistema de saúde atual corre o risco de ser pautado por metodologias e equipamentos inadequados.

Essa questão é uma realidade que ocorre no Timor-Leste desde início da sua independência até a presente data. Embora através do plano anual financiado pelo Orçamento Geral do Estado, o governo está a progredir rapidamente no seu esforço para vencer os grandes desafios na área referida.

São os desafios caracterizados por saúde; a fraca capacidade institucional e de recursos humanos, limitação de infraestrutura e sistemas insuficientes, combinado com o fraco conhecimento e conduta deficiente da população relativamente aos cuidados de saúde. Além disso a grande distância das instalações de saúde também seria um fator constrangedor para muitas pessoas acederem aos cuidados de saúde.

2.3 Agricultura

Como outros países no mundo inteiro que fazem as suas atividades governamentais ao cumprir as promessas na fala da sua campanha para obter os recursos, Timor Leste desde a sua independência até a presente data todos os anos através parlamento nacional aprovou o orçamento geral do estado (OGE) para corrigir ou superar os problemas de cada ministério. Entretanto o ministério de agricultura investiu o valor do orçamento geral do estado alocado segundo seu plano, mas infelizmente desde o primeiro até o quinto governo constitucional (atual governo) esse investimento não mostrou resultado significativo para superar os problemas dentro desse ministério. São os problemas como desafios do desenvolvimento neste ministério; milhões hectares de terras agrícolas abandonados, não há utilização de variadas sementes com produtividade elevada, não há novas sistemas de produção agrícola.

Atualmente existe quase em todos os distritos, milhões hectares de terras agrícolas como base da produção de arroz abandonados ou seja sem irrigação. Isto significa que o governo não cumpriu a sua promessa como falam nas campanhas políticas para obter recursos, enquanto saiba bem que a agricultura também foi colocado como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com atenções especiais com seu limite até 2015, erradicar a extrema pobreza e fome, embora agora já estamos no meado do ano de 2015 como ano de limite para erradicar a pobreza e a fome segundo o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

Em termos da utilização de variadas sementes com produtividade elevada, maioria dos agricultores de Timor Leste não tem varias sementes com grande produtividade com tem os dos outros países. Assim também como sistema de produção agrícola, maioria da produção dos agricultores por enquanto só para alimentação de subsistência e até alguns agricultores em alguns lugares nem para produção alimentar de subsistência devido da limitação de recursos que tem os agricultores. Essa situação precária acontece nos distritos interiores especialmente zonas rurais isoladas do país.

4.4 Desigualdades sociais no desenvolvimento do Timor Leste

A desigualdade social causada pela pobreza é um problema social que afeta a maioria dos países em todo o mundo atualmente. Por causa deste problema, existente em todos os países, a desigualdade afeta rica e pobre, sendo um fenômeno onipresente, especialmente em países em desenvolvimento, tais como o Timor-Leste. O verdadeiro problema, que não precisa acontecer em um novo país como o Timor-Leste, reside na inconsciência e vaidade dos líderes do Estado. Assim, tal situação tinha de acontecer para, eventualmente, lançar um desafio voltada ao desenvolvimento.

O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende os diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda.

No Timor-Leste, o problema da desigualdade social é crucial, uma vez que levantou questões de disparidade salarial entre funcionários públicos, membros do Parlamento e membros do Governo. Pode-se dizer que ocorre uma lacuna entre a distância da terra e do céu, pois o Salário Mínimo estabelecido por lei a ser pago pelos serviços prestados é de apenas cerca de U\$ 115,00 por mês e, por enquanto, o salário dos membros do parlamento e do Governo é a partir de U\$ 2.000,00 até U\$ 5.000,00.

A disparidade salarial levou à discordância eloquente do povo, especialmente dos lutadores da liberdade que trabalharam como funcionários públicos, ganhando

apenas um salário mínimo, enquanto há membros do parlamento e do Governo que não atuaram como lutadores e ganham entre US \$ 2.000 e US \$ 5.000. Assim, a insatisfação começou a surgir no campo dos lutadores que ganham salário mínimo, resultando em atrasos intencionais no andamento do trabalho. Então, o alvo proposto pelos objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) parece inalcançável.

4.5 Índices de desemprego no País do Sol Nascente.

A desigualdade social e a pobreza são os problemas sociais que afetam a maioria dos países em qualquer país recém-independente em qualquer canto do mundo. Como tais problemas existem em todos os países, afetando a riqueza e a pobreza, trata-se de um fenômeno onipresente, especialmente em países em desenvolvimento, como no caso o Timor-Leste neste momento. Esse problema ocorre no novo país de residência, devido à inconsciência do líder da nação. Assim sendo, tinha-se que eventualmente lançar um desafio para o desenvolvimento.

É sabido que o problema do desemprego é uma realidade enfrentada por países do mundo inteiro, mas cada país tem responsabilidade direta em resolvê-lo nos limites de sua nacionalidade. Assim, o Estado com a sua política deve tentar as mais diversas maneiras ou soluções com vistas a sanar suas dificuldades referentes ao desenvolvimento, de modo a não enfrentar mais futuramente maiores dificuldades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Timor Leste como um país de sudeste asiático que recentemente alcançou a sua independência no século XXI. No que diz respeito ao desenvolvimento social necessita da implementação de uma estratégia de gestão específica a fim de trazer benefícios e prosperidade para o seu povo. Contudo, Timor Leste foi como um país que saiu há pouco tempo da dominação de estrangeiros e de um círculo ameaçado bem como destruição e violência precisa se tornar uma sociedade dinâmica, democrática, livre, é capaz de promover a estabilidade e a confiança do povo. Promovendo um crescimento econômico rápido e equitativo entre regiões.

Entretanto, sem dúvida é um país ainda frágil no tocante a uma gestão que sirva como padrão em enfrentar as assimetrias regionais territoriais e os seus desafios. Por conseguinte é muito importante não esquecer que sem uma gestão adequado para o desenvolvimento de um país em vários sectores, não irá obter condições de validar o objetivo de transformar o país em uma nação evoluída seguindo o planejamento estratégico.

Vale a pena de notar que no Timor Leste, grande parte da população tem vivenciado o resultado de praticas de gestão tradicional ineficiente em termos de vantagens comparativas, embora em relação ao desenvolvimento desses setores, tem sido agendado pelo governo da Republica Democrática de Timor Leste num documento oficial designado Plano Estratégico de Desenvolvimento (PDN) do Timor Leste de 2011 a 2030, em que o referido documento tem estabelecido os seus objetivos que deve ser seguido e implementado na primeira década da sua independência, tais como a criação das condições básicas, principalmente relacionada ao desenvolvimento em todas as áreas, tal como: (a) Capital humano: educação e formação profissional, saúde e produtividade; (b) economia : indústria, turismo, e agricultura; (c) infra-estrutura : Água potável, eletricidade e urbanização sustentável e estradas.

Isso acontece devido da situação de gestão do governo de Timor Leste que até a presente data ainda está com grande problema, porque o uso e a pratica de gestão não temos ainda um padrão que sirva de exemplo para todas as instituições governamentais.

CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

As contribuições do estudo, por razões diversas consideramos muito importantes para novas articulações políticas significantes no Timor Leste. Sua importância reside tanto nas reflexões e pesquisas tão fundamentais à explicitação de especificidades socioculturais e socioeconômicas regionais do Timor Leste pois permitem realizar abordagens contextualizadas, socialmente referenciadas e comprometidas com os problemas sociais. Como também Sugere-se que o Planejamento estratégico e o planejamento de ações no Timor Leste, seja utilizado como ferramenta para o desenvolvimento local, desde que executado a partir das expectativas e capacidades dos sujeitos que nele vivem. Considerando que cada região, cada país, cidade, vilarejo ou comunidade possui características próprias que devem ser consideradas.

Desse modo, é necessário não fugir do enfoque do desenvolvimento como estudo e proposta concreta que deve ser exequível na gestão política do Timor Leste. Desenvolvimento significa pensar em modificar a situação atual de uma localidade tornando-a melhorada e aprimorada. Para tanto é preciso traçar os objetivos de desenvolvimento, determinando quais melhorias precisam ser feitas, e qual nível de desenvolvimento se pretende alcançar considerando os aspectos sociais como: qualidade de vida, Coesão social; Educação, saúde, Identidade cultural. Perspectivas de infraestrutura básica e Infraestrutura turística. Também a perspectiva econômica trabalho, mão de obra especializada, distribuição de renda; política de preços, eficiência de custos e rentabilidade.

Contudo, para avançar além de quaisquer debate e interpretações sobre desenvolvimento, é necessário, primeiramente, entender o significado do termo desenvolvimento sistematizado por teóricos.

Assim, em linhas gerais, vários autores abordam os diversos enfoques da concepção de desenvolvimento: De acordo com Buarque (2002, p. 25) para um o desenvolvimento local ser sustentável “deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as potencialidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a

conservação dos recursos naturais locais”. Numa perspectiva mais ampla e Sachs (1993) assinala que para atingir o desenvolvimento sustentável devem ser consideradas cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

O desenvolvimento, na teoria de Furtado (2000, p.22), três dimensões:

[...] a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico

Portanto, o desenvolvimento é uma estratégia eficaz que engloba todos os anseios sociais e a capacidade do governo, setor privado e sociedade para criar uma visão de futuro, trabalhando estratégias como um planejamento eficaz e abrangente envolve e compromete toda a população como um todo.

REFERÊNCIAS

ADITJONDRO, George G. **Menyongsongmatahariterbit di puncakRamelau.YayasanHak**, 2000.312 p.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARVALHO, José Otamar de. **Desenvolvimento Regional: um problema político**. 2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014. 340 p. il.

COELHO, Teresa Margarida Sobral Bento. **Integração econômica regional: Que perspectivas para Timor Leste (A ASEAN e o Grupo ACP)**. 2003. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1546/1/Tese%20Teresa.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. 2002. Disponível em: [Constituicao_RDTL_PT.pdf](#). Acesso em: 15 de ago. 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. 2002. Disponível em: <[Constituicao_RDTL_PT.pdf](#)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

HILL, Helem Mary. **Gerakan Pembebasan Nasional Timor Lorosa'e**. Tradução do texto original "The Origins and Strategies of a Nationalist Movement in East Timor". Dissertação para obter título mestrado no Departamento Político. MonashUniversity, Austrália, Mei, 1978. 253 p.

LUDKE, Menga. **O educador: um profissional?** In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Rumo a uma nova Didática. 19a Edição. Editora Vozes, 2008. pp. 73-85.

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. Disponível em: <[www.fee.rs.gov.br/wp.../20140312desafios-do-desenvolvimento-local.p...>](#)>. Acesso em: 07 ago. 2014.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; SPINK, Peter.(Orgs).**Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1999

PIRES, Mário Lemos. **Descolonização de Timor - Missão impossível?** 3 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. 468 p.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO 2011-2030. Disponível em <<http://timor-leste.gov.tl/wp...>>. Acesso em 20 abr. 2014.

RELATÓRIO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. 2013. Nova Iorque: Nações Unidas, 2013. Disponível em: <www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2013.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Includente, Sustentável Sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

TAYLOR, John G. **Perangtersembunyi-Sejarah Timor-Timur yang dilupakan.** Tradução do título original: Indonesia's forgotten War: The hidden history of East Timor. 1998. 389 p. T.

TIMOR-LESTE. **Lei de Bases da Educação**, de 29 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.me.gov.tl/lei-de-base-da-educao>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

TIMOR LESTE OPORTUNIDADES E POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO Disponível em: <https://www.cgd.pt/Empresas/Negocio-Internacional/Apoios-Caixa-Empresas-no-Mundo/Timor-Leste/Documents/Estudo-CGD.pdf> , Acesso em 25 jul.2015.

WALDMAN, Maurício;SERRANO, Carlos. **Brava gente de Timor - A saga do Povo Maubere.** São Paulo: Editora Xamã, 1997. 155 p.